

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALEX SANDRO RODRIGUES MARTINS

**BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:
Contribuindo para o Desenvolvimento Econômico Social das Empresas**

Rio Grande
2008

ALEX SANDRO RODRIGUES MARTINS

**BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:
Contribuindo para o Desenvolvimento Econômico Social das Empresas**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação, especialização em Ciências Contábeis para obtenção do título de Especialista em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Alexandre Costa Quintana

Rio Grande
2008

ALEX SANDRO RODRIGUES MARTINS

BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:

Contribuindo para o Desenvolvimento Econômico social das Empresas

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Especialista em Ciências Contábeis do curso de pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rio Grande - FURG, Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e aprovada, em sua forma final.

Rio Grande, (dia) de (mês) de (ano da defesa).

Coordenador do curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

(nome do professor)

(nome do professor)

(nome do professor)

Dedico este trabalho, com sincero carinho, à minha família, a qual teve grande participação nesta importante etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares .

A eles dedico minha alegria por chegar ao fim deste percurso.

A todos, meu muito obrigado.

“Nunca se deve consentir em rastejar quando se
sente um impulso para voar”.

Helen Keller

MARTINS, Alex Sandro Rodrigues. **Balço social e demonstração do valor adicionado: contribuindo para o desenvolvimento econômico social das empresas.** Rio Grande, 2008. 55 p. MONOGRAFIA (Especialização em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

RESUMO

As questões sociais e ambientais nos tempos atuais passaram a ter uma relevância muito maior nas empresas e, quando bem utilizada, proporcionam um reconhecimento e fortalecimento da entidade perante a sociedade e ao mundo dos negócios. A contabilidade, por estar envolvida de uma forma intrínseca nesse contexto, tem um papel fundamental, e está procurando formas para ajudar os empresários e os profissionais da área contábil em demonstrar esses pontos. Este estudo abrange a DVA (demonstração do valor adicionado) e o Balço Social, uma vez que essas ferramentas contábeis possibilitam gerar informações para o processo de tomada de decisões das empresas. As empresas analisadas são sociedades anônimas de capital aberto que pertencem ao setor de energia elétrica e tem ações negociadas na Bovespa, e os dados fornecidos pelos seus demonstrativos ajudaram a conhecer como esse assunto está sendo tratado por elas, e ao final da análise será possível traçar um perfil das organizações privadas e estatais do setor elétrico.

Palavras-chave: Balço Social e Demonstração do Valor Adicionado.

ABSTRACT

The social and environmental issues in current times have been given a much greater relevance in enterprises and, when well used, provide a recognition and strengthening of the entity towards society and the business world. The accounts, by being involved in a way inherent in this context, plays a key role, and is looking for ways to help entrepreneurs and professionals in the accounting area to demonstrate these points. This study aims to examine how to behave at Demonstration of Value Added and Social Balance in companies in the industry of electricity which has shares traded on the Bovespa in the period from 2005 to 2007, comparing this state enterprises and private sector. This work is characterized as an exploratory research and descriptive, which ranks as the procedures themselves as literature and documentary, with a quantitative approach. The data provided by your statements helped to know how this matter is being dealt with by enterprises, and the end of the analysis realizes that the profile of private companies and state belonging to the sector of electricity.

Keywords: Social Balance and Demonstration of the Value Added.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico: Empresas privadas do setor de energia elétrica que utilizam o BS conforme modelo Ibase.....	29
Figura 2 – Gráfico: Empresas estatais do setor de energia elétrica que utilizam o BS conforme modelo Ibase.....	30
Figura 3 – Gráfico: Percentual de empresas privadas do setor de energia elétrica que atendem o Decreto nº 3.298/1999.....	35
Figura 4 – Gráfico: Totais dos indicadores do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica de 2005.....	37
Figura 5 – Gráfico: Totais dos indicadores do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica de 2006.....	37
Figura 6 – Gráfico: Totais dos indicadores do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica de 2007.....	38
Figura 7 – Gráfico: Totais dos indicadores do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica de 2005.....	38
Figura 8 – Gráfico: Totais dos indicadores do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica de 2006.....	39
Figura 9 – Gráfico: Totais dos indicadores do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica de 2007.....	39
Figura 10 – Gráfico: Dados da demonstração do Valor Adicionado das empresas privadas do setor de energia elétrica 2005.....	45
Figura 11 – Gráfico: Dados da demonstração do Valor Adicionado das empresas privadas do setor de energia elétrica 2006.....	45
Figura 12 – Gráfico: Dados da demonstração do Valor Adicionado das empresas privadas do setor de energia elétrica 2007.....	46
Figura 13 – Gráfico: Dados da demonstração do Valor Adicionado das empresas estatais do setor de energia elétrica 2005.....	47
Figura 14 – Gráfico: Dados da demonstração do Valor Adicionado das empresas estatais do setor de energia elétrica 2007.....	48
Figura 15 – Gráfico: Dados da demonstração do Valor Adicionado das empresas estatais do setor de energia elétrica 2007.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo DVA.....	17
Quadro 2 – Evolução do corpo funcional das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.....	31
Quadro 3 – Evolução do corpo funcional das empresas estatais do setor de energia elétrica contidas no balanço social.....	32
Quadro 4 – Evolução do corpo funcional feminino das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.....	32
Quadro 5 – Evolução do corpo funcional feminino das empresas estatais do setor de energia elétrica contidas no balanço social.....	33
Quadro 6 – Evolução do corpo funcional acima de 45 anos das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.....	33
Quadro 7 – Evolução do corpo funcional acima de 45 anos das empresas estatais do setor de energia elétrica contidas no balanço social.....	34
Quadro 8 – Evolução do corpo funcional portadores de deficiência das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.....	35
Quadro 9 – Evolução do corpo funcional portadores de deficiência das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.....	36
Quadro 10 – Contribuição aos indicadores sociais externos do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica.....	40
Quadro 11 – Contribuição aos indicadores sociais externos do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica.....	41
Quadro 12 – Contribuição aos indicadores ambientais do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica.....	41
Quadro 13 – Contribuição aos indicadores ambientais do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica.....	42
Quadro 14 – Contribuição aos indicadores sociais internos do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica.....	43
Quadro 15 – Contribuição aos indicadores sociais internos do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica.....	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	14
2.1 CONTABILIDADE SOCIAL	15
2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	20
2.3 BALANÇO SOCIAL	16
2.4 IBASE.....	18
2.5 SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.....	24
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	27
3.1.1 Quanto aos objetivos	27
3.1.2 Quanto aos Procedimentos	27
3.1.3 Quanto à Abordagem.....	28
3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	28
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	28
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.1 ANÁLISE DO BALANÇO SOCIAL	29
4.2 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	45
5 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

A preocupação pelas questões sociais e ambientais ao passar dos tempos vem ganhando uma relevância maior para as empresas, ou seja, hoje, em muitos casos, é uma forma que bem utilizada proporciona um reconhecimento e fortalecimento da entidade perante a comunidade e ao mundo dos negócios. As organizações nesse assunto têm uma grande participação, e estão sendo cobradas pela sociedade para agirem em defesa das dessas questões.

A contabilidade, por estar envolvida de uma forma intrínseca nesse contexto, tem um papel fundamental, e está procurando formas para ajudar os empresários e os profissionais da área contábil a demonstrar esses pontos.

No aspecto social e ambiental, a ciência contábil tem ao seu lado o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado, a qual é uma maneira de analisar e evidenciar o desempenho econômico e social das empresas. A DVA é uma demonstração nova em comparação às tradicionais no Brasil, em outros países a sua elaboração é obrigatória, mas essa posição da DVA ao final do ano de 2007 ganhou novos capítulos. Estes se iniciaram precisamente em 28 de dezembro de 2007, onde foi aprovada a Lei 11.638, que dentre seus dispositivos coloca a Demonstração do Valor adicionado como obrigatória para companhia aberta, isso demonstra a grande importância dada à prestação de contas das ações das entidades no campo ambiental e social.

Com essa demonstração passando a ser obrigatória, os profissionais da contabilidade necessitam estar preparados para que não haja dificuldades na implantação desse demonstrativo na vida das empresas, e também se deve considerar o Balanço Social que mesmo não sendo obrigatório a sua elaboração seus dados comparados com os da DVA podem ajudar as organizações a direcionarem suas políticas de relacionamento junto com a sociedade.

Portanto, o BS e a DVA podem dar subsídios para uma nova visão, tanto no lado financeiro como também no social e ambiental, e a partir desses demonstrativos podem surgir novos dados, os quais possam contribuir para o crescimento da economia do país.

O alvo de estudo desse trabalho será à contabilidade e o reflexo dela na sociedade e no meio ambiente, por que esses pontos podem ajudar no crescimento econômico das empresas e no processo de conscientização de preservação do meio em que vivemos.

O escopo do estudo abrange a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social, pois essas ferramentas contábeis podem ser instrumentos úteis em gerar informações para o processo de tomada de decisões das empresas. Isto pode trazer benefícios tanto aos futuros investimentos como os atuais, e evidenciará a Responsabilidade Social das organizações.

Nesse contexto, questiona-se:

A Demonstração do Valor Adicionado junto com o Balanço Social terão condições de evidenciar informações econômicas, sociais e ambientais para ajudar no processo de desenvolvimento econômico das empresas?

O objetivo geral desse trabalho é analisar como se comporta a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social nas empresas do ramo de energia elétrica que tem ações negociadas na Bovespa no período de 2005 a 2007, comparando as empresas estatais e privadas deste setor.

Os objetivos específicos tiveram a finalidade de proporcionar dados suficientes para esclarecer as devidas ilações, e são os seguintes:

- Verificar qual o modelo de Balanço Social é utilizado pelas empresas.
- Analisar a evolução dos postos de trabalho nas entidades estudadas, com base nas informações extraídas do Balanço Social.
- Identificar o quanto representam no corpo funcional das organizações pertencentes ao ramo de energia elétrica, as mulheres, os colaboradores acima de 45 anos, os portadores de deficiência e necessidades especiais, com base no Balanço Social.
- Evidenciar e analisar o quanto representa a contribuição total das empresas no aspecto social contida no Balanço Social em confronto com os indicadores internos, externos e ambientais da mesma demonstração.
- Interpretar os índices referentes ao Governo, Pessoal, Capital Próprio e de Terceiros da Demonstração do Valor Adicionado na amostra de empresas selecionadas.

Essa pesquisa se constitui numa oportunidade de observar como o assunto Demonstração do Valor Adicionado e Balanço Social está sendo desenvolvido pelas empresas. Os seus resultados podem indicar a atual situação dos demonstrativos em questão, e assim possibilitando futuros estudos nesse campo.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A preocupação pelo futuro do planeta não é recente, exemplo disso foi a Eco-92/Rio-92 conforme Mondego (2007), a qual ressaltou uma grande discussão sobre o meio ambiente e sua preservação, além, claro, da busca pelo desenvolvimento sustentável.

Esse evento possibilitou coragem e embasamento para a assinatura do tratado de Kyoto no Japão, em 1997, e nele várias nações comprometeram-se a reduzir as emissões de gases que ameaçam a camada de ozônio. Ressalta-se que os Estados Unidos da América não concordou com o tratado.

As empresas são, conforme Capra (apud Kraemer, 2002), sistemas vivos cuja compreensão não é possível apenas pelo prisma econômico e não podem ser controladas exclusivamente por intervenção direta, todavia são influenciadas pela transmissão de orientações de impulsos externos com um estilo de administração conhecido como Administração Sistêmica.

Os empresários, notando essas transformações e em certas ocasiões sentindo as conseqüências em seus próprios negócios, tendem a buscar alternativas para ajudar a si mesmas e a sociedade como um todo. Trevisan (2002, p. 01), cita:

O empresariado nacional percebeu a sua função de protagonista no contexto das mudanças sociais, o estado não tem condição de oferecer respostas tão ágeis e rápidas aos problemas da população como as empresas, que em tempos de alta competitividade, estão acostumadas a atuarem com mais eficiência no seu dia a dia.

Logo, o setor privado percebendo-se disso buscou alternativas. Uma delas é a responsabilidade social, que objetiva promover uma verdadeira revolução cívica. Para Sousa (2007), o conceito da Responsabilidade Social está associado não somente com as responsabilidades da empresa junto ao mercado que está situada, mas também com os impactos que suas práticas e ações gerenciais num campo que ultrapassa sua fronteira mercadológica chegando até gerações futuras.

A visão empreendedora, antes focada em aspectos relacionados com a busca exclusiva de ganhos tem agora pela frente a responsabilidade social que, segundo Mendonça (2004), é um olhar mais cuidadoso com o social que a empresa está inserida, sem ignorar a necessidade de geração de lucros. Ou seja, não se deve colocar o resultado como único objetivo a ser alcançado, mas sim ele deve ser um dos meios para atingir um desenvolvimento

sustentável com mais qualidade de vida e, naturalmente, um aumento da lucratividade dos seus negócios.

Tendo essa mesma preocupação Mendonça (2004), evidencia que responsabilidade social empresarial é uma maneira de dirigir os negócios com consciência e compromisso visando o presente e o futuro. Viver de uma maneira melhor e propiciar para nossos descendentes um lugar com condições, por meio de um comportamento ético que vai contribuir para um bom desenvolvimento econômico social.

A contabilidade, por estar incluída nas ciências sociais, tem como um dos seus pontos a aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou organizações de uma sociedade, e por isso ela é o próximo ponto a ser estudado.

2.1 Contabilidade Social

Estar em constante evolução é uma maneira de sobrevivência para acompanhar as exigências da globalização. A ciência contábil não está fora dessa situação. Constantemente, surgem novos avanços na área, tornando-se uma ciência atualizada e preparada para novos desafios.

Lopes de Sá (2003) evidencia que a ótica contábil trabalhada no passado está dando lugar a estudos nas áreas sociais e humanas e até nas relativas ao meio ambiente. Essa modificação na maneira de entender o campo da contabilidade está exigindo mudanças doutrinárias e, a partir desse momento passa a surgir pensamentos sob uma visão mais ampla.

Com o surgimento da contabilidade social, Lopes de Sá (2003), a define como o estudo do conhecimento do movimento circulatório de riquezas entre a célula social e a sociedade, onde procura trazer os aspectos de tal interação, mas sem esquecer-se da função da empresa frente à sociedade.

O sentido de a contabilidade social existir é descrito por Santos (2003, p. 17), “a contabilidade social ou nacional tem como principal objetivo o fornecimento de informações que possam auxiliar na constituição de base para a tomada de decisão por parte dos gestores governamentais”.

Perotoni (2001) acrescenta que o fundamento da contabilidade social é analisar as influências das transações de relacionamentos econômicos quando efetuados perante a sociedade. Ela vem para acrescentar e muito aos seus usuários, sejam eles diretos ou indiretos

sobre as questões sociais. Também consegue informar a influência positiva e negativa sobre a circulação de riquezas entre a empresa e a sociedade.

Com essas informações, à empresa terá condições de fazer planos para o futuro e conseqüentemente saber o que deu certo ou errado e caso alguma coisa esteja com problema no presente será possível detectar o fato e corrigir. Sendo assim, a empresa pode a médio ou em longo prazo definir estratégias para continuação da sua vida e terá condições de cumprir o princípio contábil da continuidade.

Todavia, torna-se fundamental, conhecer e disseminar as principais figuras neste tema, que são a Demonstração do Valor adicionado e o Balanço social.

2.2 Balanço Social

A história do balanço social no mundo demonstra a busca de um equilíbrio entre o sucesso das empresas e o cuidado com os aspectos sociais e ambientais. Por isso a necessidade de existir uma ferramenta para evidenciar esse ponto, conforme o citado por Torres (2006), que no século XX começaram a ocorrer manifestações voltadas para o social, mas foi principalmente a partir dos anos 60 nos Estados Unidos da América e no começo da década de 70 especificamente na França, Alemanha e Inglaterra, a cobrança pela responsabilidade social das empresas. Com isso surgiu a necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

O termo Responsabilidade Social Empresarial ficou conhecido nos anos 70, na Europa e a partir dessa nova proposta, a Companhia Alemã STEAG elaborou um tipo de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. Porém, a principal alavancagem da história dos Balanços Sociais aconteceu na França em 1972, com a empresa SINGER produzindo o primeiro balanço social.

Notou-se na França, que havia uma falta de consciência por parte das organizações no âmbito social. Sabendo desse anseio da sociedade, em 12 de julho de 1977 houve a aprovação da Lei 77.769, que em seu texto, tornava obrigatória a elaboração de balanços sociais de uma forma sistemática para todas as empresas com mais de 700 empregados e, com o passar do tempo, este número retrocedeu para 300 empregados.

O BS no Brasil teve seu início na Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, e foi publicado em 1965, pela Associação de dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADE Brasil).

Na década de 80, foi elaborado um modelo de balanço social pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), contudo só no início dos anos 90 é que algumas poucas empresas começaram a valorizar tanto o social como o ambiental e publicaram periodicamente balanços e relatórios sociais e ambientais que continham suas ações perante os *stakeholders*, que significa usuários.

Em 1984 conhecia-se o primeiro balanço social do país. De acordo com o Ibase por Torres (2006), o BS da Nitrofertil, empresa estatal localizada no estado da Bahia foi considerado o primeiro de gênero. Nesse espaço de tempo no qual foi apresentado o primeiro BS estava sendo elaborado o do Sistema Telebrás, publicado em meados da década de 80 e para encerrar a lista das empresas debutantes que publicaram esse demonstrativo da responsabilidade social está o do Banespa em 1992.

Para o Balanço Social ainda não existe uma legislação que trate desse assunto, mas é possível observar algumas tentativas de implantação da sua obrigatoriedade. De acordo com Perottoni (2001, p. 107), o Senador Valmir Campello no ano de 1991, encaminhou ao Congresso um anteprojeto intitulado Projeto de Lei do Senado nº 54 de 1991, o qual tinha como objetivo a publicação compulsória do BS por parte das empresas, e ainda não entrou em pauta até hoje.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no ano de 1997 em audiência pública colocou em pauta o Projeto Lei desse Senador, mas ela própria só incentiva a publicação e não a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social.

Nesse mesmo ano entrou no Congresso Nacional, conforme Perottoni (2001, p. 107), o Projeto Lei nº 3.116/97 de autoria das Deputadas Federais Sras. Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling. Esse trabalho hoje se encontra representado por meio do Projeto Lei nº 32-99 de 29 de Junho de 1999, pelo Deputado Federal Paulo Rocha. Em seu ínterim, o Balanço Social proposto está baseado no Modelo Francês, o qual obriga as empresas privadas com mais de 100 empregados publicarem e as públicas, as sociedades de economia mista, as permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração, deveriam elaborar e publicar o BS até 30 de abril de cada ano independentemente do número de funcionários.

Esse modelo de Balanço Social proposto pelos Deputados deverá conter as seguintes informações sobre: a empresa, os empregados, encargos sociais, tributos pagos, alimentação do trabalhador, educação, saúde dos empregados, segurança do trabalho, seguros, empréstimos, lazer, transporte, creches e outros benefícios oferecidos aos colaboradores, além disso, também constarão dados sobre previdência privada, investimentos na comunidade e no

meio ambiente. Os valores representados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional.

A finalidade do Balanço Social é descrita por Arnosti (2000), como a possibilidade, de auferir uma maior transparência e visibilidade às atividades e ações não apenas para os sócios e acionistas, mas para um número maior de interessados.

Azevedo (apud Kraemer e Tinoco, 2004), diz que o Balanço Social é um instrumento no processo de gestão da empresa, por que ele tem condições suficientes de demonstrar a todos os interessados de uma forma mais transparente informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais das entidades.

Com todos esses predicados Sucupira (2004), realça que o BS está indo além de apenas prestar contas para sociedade das ações das empresas no campo social, ele fornece significativas fontes de informações sobre o respeito às princípios éticos.

O reflexo do BS na contabilidade exige que haja alguns ajustes no sistema contábil para que seja possível extrair as informações suficientes para elaboração do demonstrativo social. As mudanças ocorreriam principalmente no plano de contas, o que conforme Frey e Elisenkraemer (2001, p. 184-185), “é à base de todas as informações extraídas da contabilidade, sendo elas de cunho econômico financeiro ou social”.

O profissional contábil também deve estar preparado para acompanhar tais mudanças, assim Arnosti (2006), corrobora com esta afirmação quando diz que o contador deve preparar-se para disponibilizar as informações sociais e ambientais de uma forma clara e objetiva não importando de como é exigida. O resultado do aperfeiçoamento do profissional contábil trará um acréscimo e mais uma opção para ajudar no desenvolvimento sustentável.

Hoje no Brasil existe um Instituto que trabalha no intuito de incentivar as empresas a elaborarem o BS e este se encontra descrito a seguir.

2.3 Ibase

O Ibase tornou-se um expoente no assunto Balanço Social no Brasil, o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE), fundado em 1981, não visa lucros, não tem nenhuma ligação partidária e a sua utilidade é de uma maneira pública federal. Sua missão é construir um mundo melhor, onde não haja desigualdades sociais e estimular o exercício da democracia para haver uma participação cidadã.

Conforme Freire (apud Silveira Filho e Frey, 2002), o Balanço Social sugerido pelo Ibase é uma excelente oportunidade para as empresas evidenciarem sua política de responsabilidade social.

O modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase é descrito por Arnosti (2000, p. 10), o qual deve ser “apurado anualmente pelas empresas e deve contemplar informações de cunho econômico, social e ambiental”, da seguinte forma:

- Base de Cálculo: apresentam informações sobre a receita líquida, lucro operacional e folha de pagamento bruta.
- Indicadores Laboriais: apresenta informações sobre alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, creches/auxílio creche, participação nos lucros ou resultados outros benefícios.
- Indicadores Sociais: apresenta informações sobre tributos, contribuições para a sociedade/investimentos na cidadania como educação e cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte e lazer, creches, alimentação e investimento em meio ambiente.
- Indicadores do Corpo Funcional: apresenta dados sobre o número de colaboradores ao final do período, número de admissões durante o ano, número de mulheres que trabalham na entidade, percentual de cargos de chefia ocupados por elas, número de empregados portadores de deficiência.

O objetivo do Ibase com o BS é tentar a diminuição da pobreza e das injustiças sociais com a consciência dos empresários voltadas para uma cidadania empresarial.

Em 1997 ocorreu um seminário no Rio de Janeiro, organizado pelo Ibase, com a colaboração de diversas empresas públicas e privadas. O objetivo desse encontro era evidenciar a importância do Balanço Social e a responsabilidade social. A continuidade desse projeto ocorreu em setembro de 1998, quando o Ibase contando com a parceria da Petrobrás e do Jornal Gazeta Mercantil realizou outro seminário. Nessa ocasião foi lançado o Selo Balanço Social/Betinho, com o intuito de estimular um maior número de empresas a elaborar e divulgar o BS.

O Selo Balanço Social Ibase/Betinho conforme Ibase (2006) é conferido somente para médias e grandes empresas que utilizam o modelo Ibase de BS e cumprem os seus critérios.

Os requisitos para conseguir o selo estão divididos em preenchimento, divulgação e conteúdo do Balanço Social. Nos dois primeiros quesitos o BS deve ser o do modelo Ibase sem supressão de nenhuma de linha ou coluna. Ele deve ser obrigatoriamente publicado em jornal e/ou revista de grande circulação regional e nacional, conforme a abrangência da empresa no território onde atua. O Presidente ou Diretor da empresa deve adicionar ao BS entregue a cada colaborador uma carta ou mensagem destacando a importância desse documento para a empresa e a sociedade.

Os benefícios para empresas que adotarem essa postura de empresa cidadã são inúmeros. Perottoni (2006) afirma que entre eles está a fidelidade dos clientes atuais e a conquistas de novos, também fortalecimento, divulgação e reconhecimento da marca da empresa.

Para aprofundar o assunto sobre a Balanço Social é necessário conhecer a Demonstração do Valor Adicionado, o qual com as suas informações podem ajudar no processo de tomadas de decisões das empresas e conseqüentemente seus resultados irão ajudar no processo de educação social e ambiental como um todo. Então a seguir será apresentada essa ferramenta contábil.

2.4 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor adicionado junto com o Balanço Social tornam-se valiosos demonstrativos para a empresa evidenciar tanto o lado social como econômico; a DVA é definida por Santos (apud Cunha e Ribeiro, 2003 p. 5):

A Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.

A DVA teve sua origem segundo Cunha e Ribeiro (2003), na Europa, mas encontra-se referência no Tesouro Americano no século XVIII. Seu desenvolvimento na Europa deu-se de uma forma urgente, já que o motivo para essa urgência era a adoção do Imposto sobre o Valor Agregado. A partir dos anos 70 no Reino Unido, a DVA ganhou grande popularidade com a publicação em Agosto de 1975 do *Corporate Report* pelo *Accounting Standards Steering Committee*, o qual atualmente chama-se *Accounting Standards Committee*. Esse relatório indicava, dentre outras coisas, a elaboração da DVA para

demonstrar os benefícios e esforços que a empresa fez, bem como eles estão divididos pelos empregados, provedores de capital, estado e reinvestimentos.

Essa indicação de elaboração do demonstrativo foi bem aceita pelas entidades. Então o Legislativo do Reino Unido colocou a DVA dentro do relatório, *The Future Of Company Reports*, de 1977, e hoje ela encontra-se junto com as demais Demonstrações Contábeis.

Nessa evolução, Dalmácio (2004), destaca países como Inglaterra, Portugal, França, Alemanha e Itália, pois se utilizam da DVA, e o motivo está relacionado com a riqueza de informações de caráter econômico e social. A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda sua implementação na rotina das empresas, por causa das suas virtudes, principalmente no sentido de prover uma visão suficiente sobre a real capacidade de produção de riqueza pela empresa em adicionar valor ao patrimônio, e sobre a forma de como é distribuído para os chamados fatores de produção (trabalho, capital próprio ou de terceiros). Também no aspecto macroeconômico a DVA tem destaque, segundo Kroetz (apud Marion apud Filipini, Kroetz e Neumann, 2008, p. 50). Ali, ele ressalta que “o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, seu Produto Interno Bruto (PIB)”, e com isso Arnosti (2000, p. 12), afirma que a Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da entidade na criação da riqueza global da nação, e a sua contribuição na formação do PIB do país.

Para confirmar essa riqueza de informações geradas pela DVA, Santos (apud Filipini, Kroetz e Neumann, 2008, p. 50) relata que em alguns países como a Índia e vários da África, existe uma legislação específica que obriga às novas empresas que queiram se instalar, realizar um estudo que mostre qual o valor adicionado que ela vai gerar se instalando naquela região.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) 3.7 a qual trata sobre a Demonstração do Valor Adicionado, define a DVA como um Demonstrativo Contábil que visa evidenciar de uma forma clara e objetiva os dados e as informações sobre o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição da mesma em determinado período de tempo. Santos (2003, p. 38-39), traz um exemplo para elaborar a DVA nas organizações em geral, apresenta-se a seguir:

Quadro 1 – Modelo DVA

Demonstração do Valor Adicionado – DVA	
1	Receitas
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços
1.2	Provisão para devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)
1.3	Não operacionais
2	Insumos Adquiridos de Terceiros
	(Inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)
2.1	Matérias-Primas Consumidas
2.2	Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos
2.3	Materiais, energia, Serviços de Terceiros e Outros
2.4	Perda/Recuperação de Valores ativos
3	Valor Adicionado Bruto (1 - 2)
4	Retenções
4.1	Depreciação, amortização e Exaustão
5	Valor adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 - 4)
6	Valor Adicionado Recebido em Transferências
6.1	Resultado da Equivalência Patrimonial
6.2	Receitas Financeiras
7	Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)
8	Distribuição do Valor Adicionado
8.1	Pessoal e Encargos
8.2	Impostos, Taxas e Contribuições
8.3	Juros e Aluguéis
8.4	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos
8.5	Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício

Fonte: FIPECAFI (apud Santos 2003, p. 38-39)

Fica explícito que o modelo acima está baseado na escrituração contábil e principalmente na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

A DVA constava no Projeto Lei, que altera e revoga dispositivos da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei das S/A). Para torna-se obrigatória, a sua elaboração ao final de cada exercício social. Corroborando para este aspecto, Tinoco (1993), afirma que, esta Demonstração do Valor Adicionado na Lei das S/A, pode trazer uma melhor qualidade de informações sociais, ambientais e outras atinentes à vida das empresas.

Hoje por meio da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, a DVA foi inserida como uma demonstração obrigatória e conseqüentemente faz parte do rol das demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, isso é explicado no artigo 1º dessa nova Lei que alterou a antiga Lei das S/A, em seu parágrafo 5º ela obriga as companhias de capital aberto a elaborar e publicar a Demonstração do Valor Adicionado. Também no artigo 188 desta Lei, demonstra como deve ser o conteúdo mínimo da DVA, a qual deve conter o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os

elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como colaboradores, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - tem como o objetivo o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para que seja possível a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira. Isto objetiva à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Em seu site, o CPC menciona que até o momento existe uma minuta esperando ser submetida à Comissão de Valores Mobiliários, que em seu conteúdo traz orientações sobre as mudanças ocasionadas pela Lei nº 11.638/07. Na parte onde discorre sobre a DVA, ela orienta seguir o que foi estabelecido pelo item 1.12 do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01 de 14 de Fevereiro de 2007, em síntese esse documento explica como elaborar a Demonstração do Valor Adicionado, até existir outro pronunciamento da CVM. Nesse mesmo sentido de orientação o Banco Central do Brasil – BACEN-, emitiu o Comunicado 16.669 em 20 de março de 2008, o qual divulga os procedimentos para a adequação das instituições financeiras e as demais organizações autorizadas a funcionar pelo BACEN, às disposições constantes na Lei nº 11.638/07.

A repercussão sobre a aprovação da Lei 11.638, conforme o informativo “Classe Contábil do Curso de Ciências Contábeis” da FANORPI (2008, p. 01), fará com que haja “um aumento no incentivo ao capital produtivo e também aos investimentos oriundos de fora do país, pois estabelece mais transparência e segurança para essas operações”.

Para reforçar essa idéia Albino (2008, p. 01), ressalta “a importância desse evento para inserção do Brasil nas regras internacionais, mas essa mudança vai acontecer de uma forma gradativa”, visto que a CVM ao longo do ano de 2008 deverá editar instruções sobre a natureza das adaptações e a velocidade de sua implementação. A Comissão de Valores Mobiliários já indicou, entretanto, que as ITRs relativas ao exercício de 2008 (informações trimestrais), não estão obrigadas a seguir as mudanças da Lei 11.638 e conseqüentemente isso confere um maior tempo para adequação das companhias à nova legislação. Sobre a Demonstração do Valor Adicionado, Albino afirma que a obrigatoriedade da elaboração e publicação é uma maneira de buscar a transparência das entidades.

Todas essas ações vistas até aqui são voltadas para tentar amenizar e, em muitos casos, prevenir futuros problemas que as empresas podem trazer devido seu ramo de atividade. Nesse ponto, tem-se o setor de energia elétrica o qual se utiliza de recursos naturais

e também presta serviços de utilidade pública, por essa importância que representa perante a sociedade esse segmento industrial, será visto no próximo capítulo dessa monografia.

2.5 Setor Elétrico Brasileiro

O setor elétrico, de acordo com Camargo (2005, p. 08), nasceu privado, onde sua regulamentação sobreveio no ano de 1903. Em 1924 houve a primeira crise no setor, seguida da quebra da Bolsa de Nova Iorque no ano de 1929. No governo de Getúlio Vargas, no ano de 1934, em meio da crise entrou em ação o Código de Águas, assegurando ao poder público a possibilidade de controlar rigorosamente as concessionárias de energia elétrica.

O primeiro racionamento de luz aconteceu em 05 de março de 1942, e teve reflexo no eixo Rio-São Paulo, mas no ano de 1952, foi criado então o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, para administrar o fundo de reaparelhamento econômico. Junto a ele foram criadas várias empresas públicas, entre elas FURNAS, que segundo descrito em seu *Site*, nasceu com o desafio de sanar essa crise energética. Da mesma forma, seu objetivo era o de construir e operar no Rio Grande a primeira usina hidrelétrica de grande porte do Brasil, e nos tempos atuais essa organização ganhou um novo nome, FURNAS – Centrais Elétricas S/A, que melhor expressa à proposta de construção de um conjunto de usinas.

Em 1960, conforme Camargo (2005, p. 08), foi criado o Ministério de Minas e Energia, seguida da constituição das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em 1962 e instituída, por meio de lei. A injeção do capital estatal, aliada a integração dos subsistemas que aperfeiçoou sobremaneira o aproveitamento de nossos recursos hídricos, e deu novo fôlego a indústria do setor elétrico.

Entretanto, o setor elétrico brasileiro (SEB) passou por grandes transformações ocasionadas principalmente, a partir do início da década de 90, com as privatizações, viabilizadas pela Lei nº 8.031 que criou o Programa Nacional de Desestatização – PND, sancionada em 1990, e no ano de 1995, de acordo com Camargo (2005, p. 03), o SEB:

foi reestruturado mediante a introdução da competição nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica, a determinação do livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição e o estabelecimento do novo panorama institucional, em

que se inclui a constituição da Agência Nacional de energia Elétrica – ANEEL, do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE e o do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONSS. Além desses aspectos, a privatização de empresas de geração e de distribuição de energia elétrica permitiu que um grande número de novos agentes se incorporasse ao setor.

A situação desse setor, no entanto com o passar dos anos foi ficando cada vez mais crítica chegando ao ponto de ocorrer à chamada crise do apagão em 2001, onde aconteceu um dos maiores racionamentos de energia elétrica da história do Brasil.

Nesse sentido, houve vários esforços tanto pela parte das empresas como também pelo governo federal para solucionar esses problemas e achar novas idéias para evitar futuros transtornos para a comunidade em geral. Também com isso surgiu um fator chamado responsabilidade social, o qual existe principalmente pela atuação da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADDEE, que tem realizado anualmente o Prêmio ABRADDEE, em que as empresas distribuidoras de energia elétricas são avaliadas, inclusive nesse quesito.

Essa nova sistemática é fruto do envolvimento das entidades no dia a dia da sociedade onde elas estão instaladas, por que mesmo o Governo sendo responsável em dar condições mínimas para o desenvolvimento da população, em muitos casos ele não consegue, por isso muitas empresas tem assumido esse papel e em certos ramos de atividades elas se utilizando desse mecanismo para ter uma boa imagem perante a comunidade onde estão envolvidas. As entidades, pertencentes ao Setor Elétrico conforme De Luca, et.al. (2006, p.2), estão inseridas em um contexto social e ambiental de onde são extraídos recursos necessários a realização de suas atividades econômicas (insumos, mão-de-obra, infra-estrutura) e desempenham um papel relevante no desenvolvimento sustentável da região onde estão inseridas.

O site da ANEEL (2008, p. 01), explica os motivos que levaram esse ramo de atividade a adotar essa postura cidadã,

consciente dessa nova ordem social, que vem mobilizando, a partir da década de 90 diversos segmentos empresariais no sentido de solucionar o grave problema da pobreza, exclusão social e degradação ambiental, as Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, numa atitude pioneira, vêm elaborando, obrigatoriamente, por força de dispositivo regulamentar, a partir do exercício de 2002, o **Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial**, em conformidade com as orientações constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001.

De Luca, et. al. (2006, p. 07), traz mais informações a respeito dessa atitude por parte das empresas. Ele explica que a ANEEL orienta a inclusão no grupo de evidenciação

contábil das entidades do setor energético, o Balanço Social, segundo o modelo do Instituto de Análises Sociais e Econômicas - IBASE da Demonstração do Valor adicionado - DVA, cujos modelos e forma de elaboração são apresentados no Manual de Contabilidade do serviço público de Energia Elétrica.

Caso as empresas não elaborem e divulguem o BS e a DVA, segundo Silva (2004, p. 130), a ANEEL, a qual adotou todas as recomendações sugeridas nos pareceres de orientação nº15/87 e 24/92 da CVM, irá notificar e multar essas infratoras, o reflexo dessa atitude demonstra a preocupação de evidenciar a transparência das empresas participantes desse ramo de negócio.

Com essa evolução fica evidente a importância da interação entre a empresa e os *stakeholders* para se conseguir atingir um crescimento ordenado para as gerações futuras e presentes.

3 METODOLOGIA

A busca de um delineamento conforme Beuren (2006, p. 76) enfatiza esse pensamento afirmando que “no rol dos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo”.

Para se obter os resultados esperados é necessário usar métodos, os quais são definidos por Silva (2006, p. 34) “como etapas dispostas ordenadamente para investigação da verdade, no estudo de uma ciência para atingir determinada finalidade”. Então nesse estudo se utilizará o método dedutivo, que Silva (2006, p. 35), interpreta como “transformação de enunciados universais em particulares”, ou seja, a partir de uma teoria constatar na prática os seus resultados.

3.1 Classificação da Pesquisa

3.1.1 Quanto aos objetivos

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, que conforme Silva (2006, p. 59), “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Também se classifica como pesquisa descritiva, pois de acordo com Silva (2006, p. 59), “tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis”, assim este trabalho proporciona uma melhor visão para conhecer e entender o problema, descrevendo como as empresas do setor elétrico estão produzindo as suas informações no aspecto ambiental e social.

3.1.2 Quanto aos Procedimentos

A pesquisa bibliográfica vai ser utilizada nos procedimentos, que Silva (2006, p. 54), indica consistir em explicar e discutir um tema ou problema com base em referenciais teóricos já publicados em livros, revistas, periódicos, artigos científicos e outros. Os

resultados encontrados com essa fonte bibliográfica contribuirão para a concretização do trabalho científico. Também será usada a pesquisa documental, para analisar a documentação das empresas selecionadas, Silva e Grigolo (apud Beuren, 2006), explicam que essa técnica consiste em selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, para depois tentar extrair conclusões que possam ser úteis para o estudo.

3.1.3 Quanto à Abordagem

Para abordagem da questão, a pesquisa quantitativa é utilizada, por que a mesma segunda Beuren (2006, p. 92), “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Dessa maneira ela torna-se importante para conhecer a natureza de assuntos analisados nesse trabalho.

3.2 Técnica de Coleta de Dados

A técnica de coleta de dados se baseará na pesquisa-levantamento que consiste segundo Silva (2006, p. 56), “na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada de forma clara e direta, dos quais se objetiva saber o comportamento”.

3.3 População e Amostra

A população consiste nas empresas de capital aberto que tem ações negociadas na Bovespa, na qual será retirada uma amostra para realização desse estudo. Já a amostra será por acessibilidade ou conveniência que segundo Beuren (2006), é um tipo de amostragem onde o pesquisador obtém os dados a que tem maior facilidade de acesso, por isso foram escolhidas as organizações de capital aberto do ramo de energia elétrica, que tem ações negociadas na Bovespa. Serão analisados a Demonstração do Valor adicionado e o Balanço Social dessas empresas no período de 2005 a 2007.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

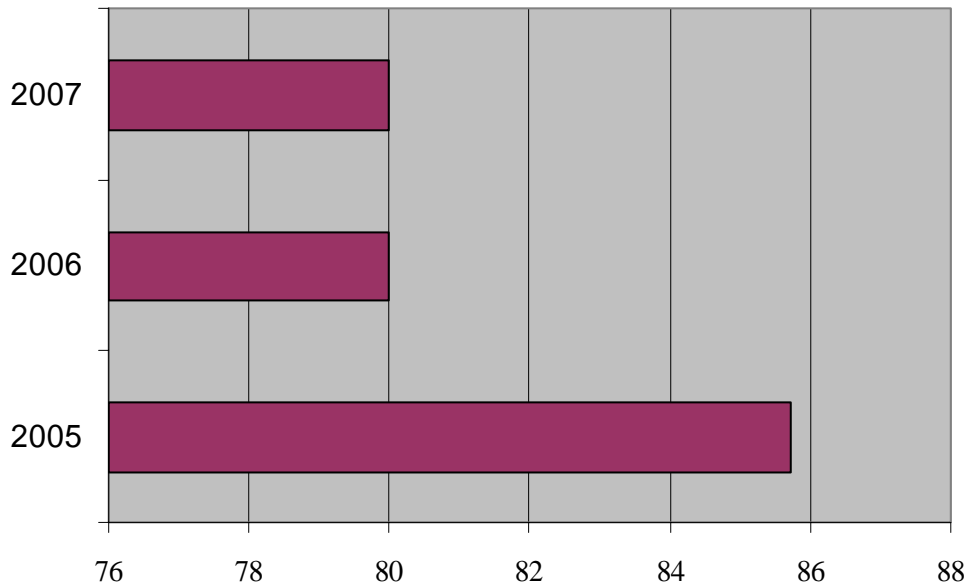
O estudo foi realizado utilizando as empresas de capital aberto pertencentes ao ramo de energia elétrica, e que tem ações negociadas na Bovespa até a data de 02 de maio de 2008, tanto do setor privado como estatal no triênio 2005 a 2007.

A seleção foi composta por 64 sociedades, para análise foram escolhidas as empresas controladoras que totalizaram 22 organizações, o restante são sociedades de investimentos ou controladas, e por isso seus dados referentes ao Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado já constam nas demonstrações das controladoras.

4.1 Análise do Balanço Social

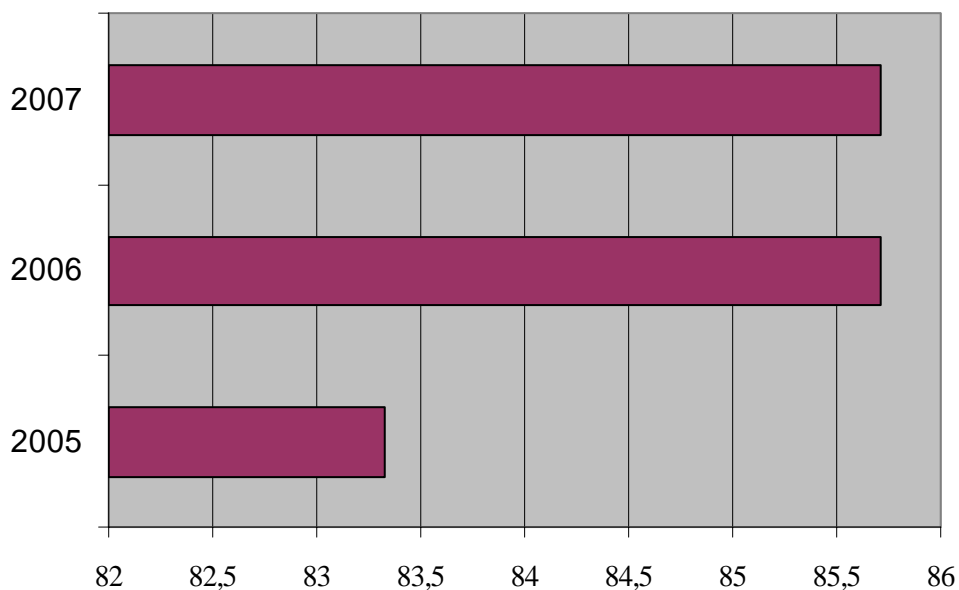
O modelo de Balanço Social utilizados pelas empresas do setor privado é do Ibase na sua grande maioria, conforme detalhamento no gráfico a seguir, onde em média 80% das empresas elaboram o BS de acordo com formato do Ibase e também elas são orientadas pela ANEEL a adotarem esse tipo de modelo.

Gráfico 1 – Empresas privadas do setor de energia elétrica que utilizam o BS conforme modelo Ibase.



Conforme o gráfico a seguir é possível notar que em média 80% das empresas do setor público também utilizam o modelo de Balanço Social proposto pela Ibase, e elas também são orientadas pela própria ANEEL a utilizarem esse formato.

Gráfico 2 – Empresas estatais do setor de energia elétrica que utilizam o BS conforme modelo Ibase



O assunto emprego está intimamente ligado ao desenvolvimento do setor econômico do país e, por conseguinte a vida de toda a população. Seguindo essa linha,

existem vários órgãos que tentam expressar como está se comportando o mercado de trabalho. Sobre esse ramo de atividade tem-se a seguir dados extraídos do site Ministério do Trabalho – MTE – que traz o movimento ocorrido nos anos de 2005 a 2007 no setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública, no qual se enquadra o serviço de energia elétrica prestados por essas organizações da amostra selecionada.

O MTE informa que os postos de trabalho ocupados em 2005, em comparação a 2004, representaram um aumento de 4,43% e na comparação com 2006, esse percentual caiu para 2,40%, mas no ano seguinte houve um leve aumento passando para 2,45%.

Quadro 2 – Evolução do corpo funcional das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.

EMPRESAS	2005	2006	2007
NEOENERGIA	5.247	5.187	5.232
AMPLA	1.326	1.413	1.385
GRUPO REDE	5.341	5.572	5.534
CPFL	5.838	5.836	7.176
AES SUL	771	810	893
COELCE	1.319	1.313	1.297
CIA T PAUL	2.927	2.412	1.290
DUKE	291	294	300
ELEKTRO	2.558	2.649	2.690
ESCELSA	1.158	999	953
BANDEIRANTE	1.227	1.102	1.031
ELETROPAULO	4.377	4.316	4.241
ENERSUL	864	732	739
AES TIETÊ	272	285	283
TERNA	-	53	107
TOTAL	33.516	32.973	33.044
MEDIA	2394	2198	2202

Nas médias das empresas analisadas contidas no quadro 2, pôde-se verificar que essa variação descrita anteriormente também aconteceu. Em duas entidades foi alto o nível de demitidos, na Cia Transmissão Paulista chegou a mais de 1000 trabalhadores que perderam seu emprego no triênio e a Escelsa seguiu nessa mesma linha.

Mas na amostra tiveram exceções, as quais são a Terna que dobrou o número de empregados de 2006 para 2007 e também CPFL que aumentou seu corpo funcional em torno de 2.000 colaboradores.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa Terna do período de 2005.

Já no setor estatal não seguiu os padrões da pesquisa realizada pelo MTE, até por que esse setor não pode admitir ou demitir a qualquer momento, mas sim por meio de

autorização do governo para admissão e um processo administrativo em certos casos para demissão. Hoje nota-se uma maior oportunidade de ingressar na vida pública mediante concursos, os quais estão sendo abertos com maior frequência do que antigamente. Com isso ao passar desses três anos houve um aumento dos trabalhadores nas organizações estatais demonstrando assim a iniciativa do governo em tentar melhorar o desempenho da máquina pública, conforme dados a seguir demonstrados no quadro 3.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa CEEE do período de 2005.

Quadro 3 – Evolução do corpo funcional das empresas estatais do setor de energia elétrica contidas no balanço social

EMPRESAS	2005	2006	2007
ELETRONBRAS	18.448	19.098	20.351
CELESC	3.590	4.041	4.039
CEMIG	10.271	10.658	10.818
CESP	1.284	1.403	1.369
COPEL	7.775	8.204	8.441
EMAE	846	828	806
CEEE	-	1.526	1.333

A participação do sexo feminino demonstrada no quadro 4, a seguir, em comparação com o total de empregados do quadro 2, demonstra um aumento na participação delas nesse ramo de atividade. Mesmo ocorrendo uma oscilação entre 2005 e 2006, isso não afetou o processo de crescimento da participação feminina nesse setor.

O principal destaque no quadro 4 é a empresa Terna, a qual se pode verificar que aumentou o seu número de colaboradores em 100% e desse total 50% são mulheres.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa Terna do período de 2005. O percentual presente no quadro 4 é obtido em relação ao total de colaboradores da cada empresa.

Quadro 4 – Evolução do corpo funcional feminino das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
NEOENERGIA	21,44	21,98	22,11
AMPLA	23,68	23,71	24,55
GRUPO REDE	23,29	24,32	25,42
CPFL	17,51	17,34	16,33
AES SUL	21,79	22,47	24,41
COELCE	20,77	21,10	21,36
CIA T PAUL	10,90	9,41	7,60
DUKE	16,49	15,65	17,33
ELEKTRO	17,47	17,52	17,51
ESCELSA	21,33	22,42	22,35
BANDEIRANTE	21,19	20,51	21,73
ELETROPAULO	20,45	20,04	20,75
ENERSUL	20,72	23,63	20,84
AES TIETÊ	7,72	8,07	8,48
TERNA		18,87	20,56

A participação do sexo feminino nas empresas públicas do setor é demonstrada no quadro 5 logo abaixo, e segue as mesmas características das privadas, ou seja, ocorrendo um aumento, e uma das causas desse acréscimo pode ser os concursos públicos abertos com maior frequência nos últimos anos.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa CEEE do período de 2005. Neste caso, os percentuais também são obtidos em relação total de colaboradores das empresas pesquisadas.

Quadro 5 – Evolução do corpo funcional feminino das empresas estatais do setor de energia elétrica contidas no balanço social.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
ELETROBRAS	18,17	18,12	18,48
CELESC	14,76	16,48	16,54
CEMIG	13,25	13,64	13,58
CESP	14,72	14,68	14,68
COPEL	17,65	17,77	17,85
EMAE	10,05	9,66	9,80
CEEE		19,46	16,28

Os empregados acima de 45 anos nesse setor, conforme quadro 6 a seguir, em comparação ao total de colaboradores, apresenta, em média, os seguintes percentuais, no triênio, 25,54%, 25,92% e 27,08% respectivamente, evidenciando um aumento das vagas destinadas às pessoas mais experientes, mas esse aumento não é muito significativo, até por que ocorreu uma queda nos postos de trabalho de 2005 para 2006 nas empresas estudadas.

O grupo Neoenergia e a empresa Coelce destacam-se entre as demais, por que em seu corpo funcional ao final de 2007 tinham em média 40% de cargos ocupados por colaboradores acima de 45 anos.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa Terna do período de 2005.

Quadro 6 – Evolução do corpo funcional acima de 45 anos das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
NEOENERGIA	39,79	39,41	50,52
AMPLA	19,98	19,18	19,35
GRUPO REDE	16,81	18,65	18,83
CPFL	20,78	22,69	25,61
AES SUL	12,19	11,85	11,09
COELCE	39,27	38,46	42,41
CIA T PAUL	41,99	43,62	25,27
DUKE	27,15	29,59	32,00
ELEKTRO	17,32	19,18	20,71
ESCELSA	43,61	40,84	36,62
BANDEIRANTE	24,12	24,41	21,44
ELETROPAULO	11,01	12,77	13,84
ENERSUL	46,64	45,63	41,68
AES TIETÊ	18,01	20,35	23,67
TERNA		41,51	25,23

O quadro 7 a seguir, evidencia que em média 50% do total dos cargos ocupados nas empresas estatais são preenchidos por profissionais acima de 45 anos, isso é um reflexo da estabilidade oferecida pelo setor e também pela falta de novas contratações. Esta situação pode ser um sintoma da falta de oportunidade que muitas pessoas dessa idade sofrem no atual mercado de trabalho, e por consequência elas voltam a estudar e tentam ingressar no funcionalismo público.

A Eletrobrás é o grande destaque, por que tem em seu quadro de servidores em média 70% são de idade superior a 45 anos.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa CEEE do período de 2005.

Quadro 7 – Evolução do corpo funcional acima de 45 anos das empresas estatais do setor de energia elétrica contidas no balanço social.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
ELETROBRAS	81,60	79,86	77,53
CELESC	41,67	34,47	38,92
CEMIG	29,00	31,39	38,30
CESP	63,01	63,36	67,13
COPEL	32,96	28,88	33,37
EMAE	33,69	39,61	44,91
CEEE		42,01	40,14

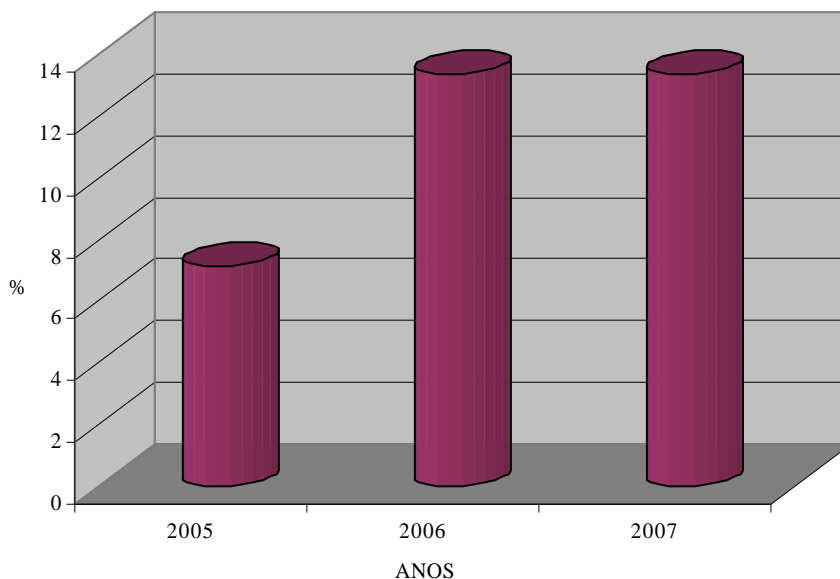
As oportunidades aos portadores de deficiência e necessidades especiais nesse setor vêm crescendo, conforme se pode observar no quadro 8, a seguir. Em comparação com o total de empregados, nota-se um aumento gradativo em 2005 para 2006 de 2,35 % para 2,59% respectivamente, ou seja, nesse caso a oscilação expressada no quadro 2 não afetou na criação de novos postos de trabalho destinados especialmente a esse tipo de trabalhador e em 2007 esse índice continuou a crescer passando para 2,77%.

Na amostra selecionada não foi possível acessar o balanço social da empresa Terna do período de 2005.

Quadro 8 – Evolução do corpo funcional portadores de deficiência das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
NEOENERGIA	2,08	3,03	3,06
AMPLA	2,56	1,98	2,60
GRUPO REDE	3,97	3,80	3,98
CPFL	2,72	3,07	2,73
AES SUL	2,08	2,35	2,02
COELCE	3,64	3,66	3,86
CIA T PAUL	0,44	0,08	0,08
DUKE	1,72	1,70	1,67
ELEKTRO	0,35	0,49	1,56
ESCELSA	5,09	4,90	4,83
BANDEIRANTE	3,75	4,81	5,14
ELETROPAULO	0,96	1,14	1,23
ENERSUL	4,28	5,05	4,60
AES TIETÊ	0	1,40	1,41
TERNA	-	0	0

Gráfico 3 – Percentual de empresas privadas do setor de energia elétrica que atendem o Decreto nº 3.298/1999.



Mas, é preciso ressaltar que os brasileiros portadores de deficiência ou de necessidades especiais são amparados pelo Decreto nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989, que dispõe sobre a política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Nesse decreto, no seu artigo 36, está descrito a quantidade de vagas que as empresas privadas devem destinar para os beneficiários da previdência social reabilitados, ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, em seu quadro de empregados, na seguinte proporção:

- 1- Até duzentos empregados, dois por cento;
- 2- De duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;
- 3- De quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou
- 4- Mais de mil empregados, cinco por cento.

Fazendo-se a análise do artigo 36 do Decreto nº 3.298 e confrontando-a com o quadro 8, pode-se chegar ao gráfico 3 e à constatação que essa obrigação legal não está sendo seguida por muitas das empresas analisadas. O gráfico 3 mostra que em 2005, 7,14% cumpriam o artigo 36, ou seja, apenas uma empresa tinha o número correto de empregados ocupando as vagas destinadas aos portadores de deficiência. Já nos anos de 2006 e 2007 esse percentual aumentou, mas é válido ressaltar que a amostra ganhou mais uma empresa, onde então passou a ter 15 ao invés de 14 empresas. Assim, o percentual nesses dois últimos anos

foi de 13,33% de organizações que estavam dentro da Lei, o que representa um número pouco expressivo, de duas entidades.

No que se refere às empresas estatais, conforme o quadro 9 e em comparação com o total de empregados houve um crescimento de vagas preenchidas. Entretanto, esse fato pode ter ocorrido em decorrência da abertura de concursos públicos e também pela exigência que é feita nesse mesmo decreto, em seu artigo 37, que assegura à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos. Isso ocorre para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que a pessoa é portadora, e será reservado para eles no mínimo o percentual de cinco por cento sobre as vagas oferecidas.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa CEEE do período de 2005.

Quadro 9 – Evolução do corpo funcional portadores de deficiência das empresas privadas do setor de energia elétrica contidas no balanço social.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
ELETROBRAS	1,33	1,83	1,81
CELESC	0,06	0,40	0,30
CEMIG	-	-	0,49
CESP	-	0,64	1,97
COPEL	0,94	0,63	0,64
EMAE	1,54	1,57	1,86
CEEE		0,13	0,68

Os gráficos a seguir demonstram os totais dos indicadores do balanço social das empresas privadas e estatais do setor de energia elétrica dos anos de 2005, 2006 e 2007, esses dados são importantes para que seja possível realizar a análise dos quadros 10 até 15.

Gráfico 4 – Totais dos indicadores do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica de 2005.

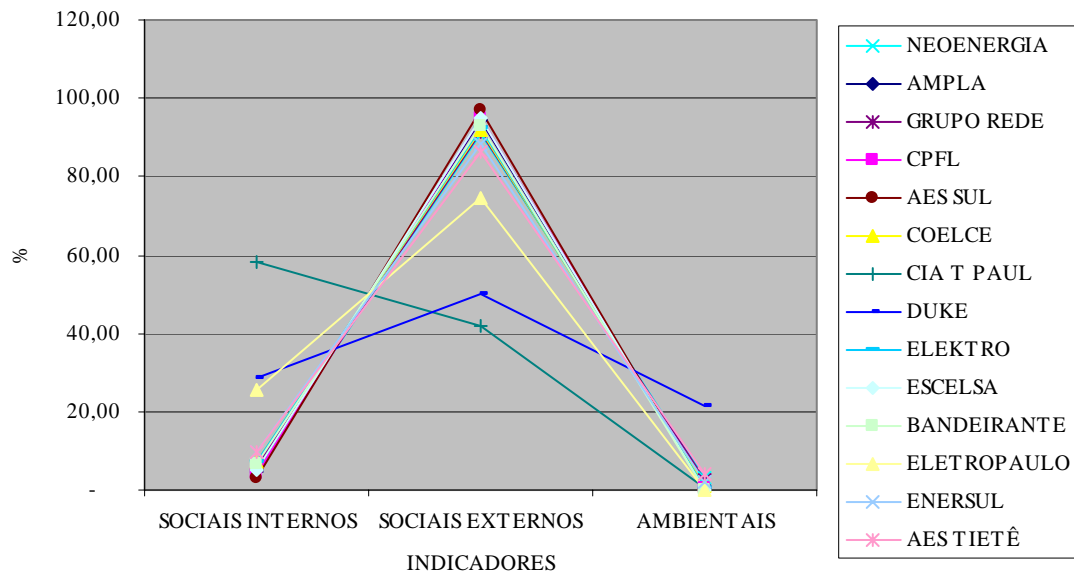


Gráfico 5 – Totais dos indicadores do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica de 2006.

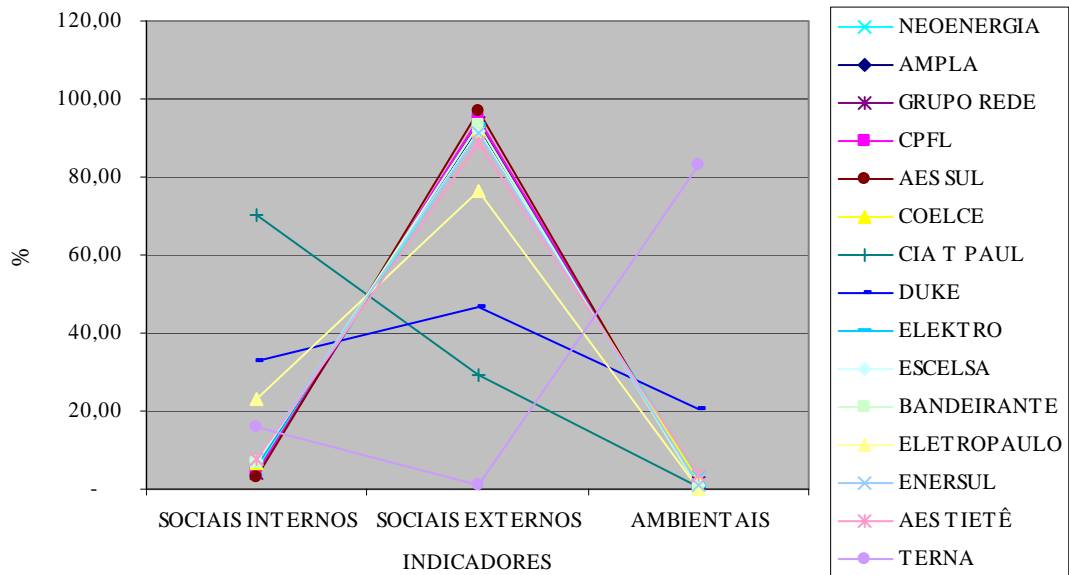


Gráfico 6 – Totais dos indicadores do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica de 2007.

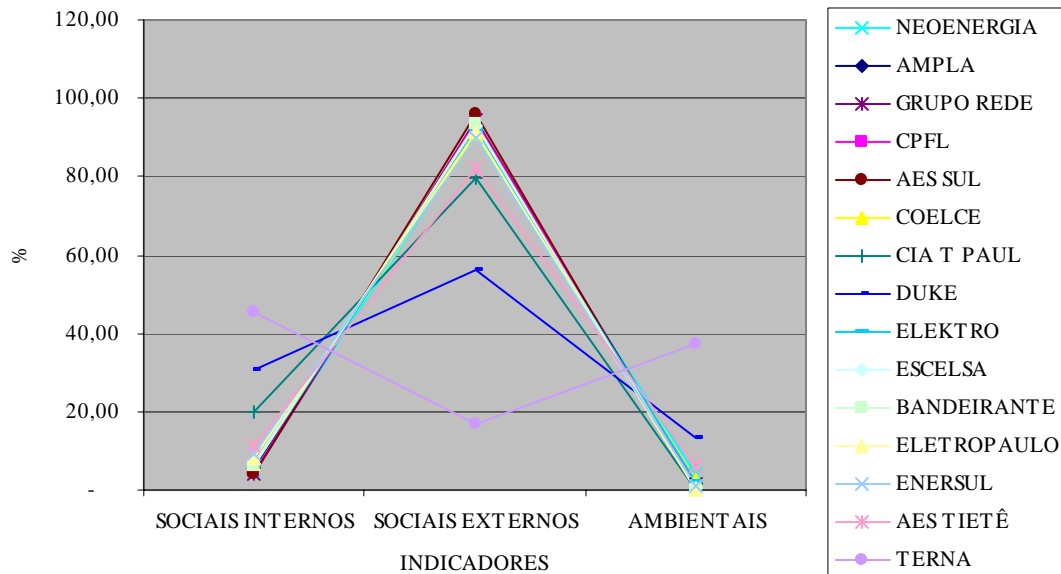


Gráfico 7 – Totais dos indicadores do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica de 2005.

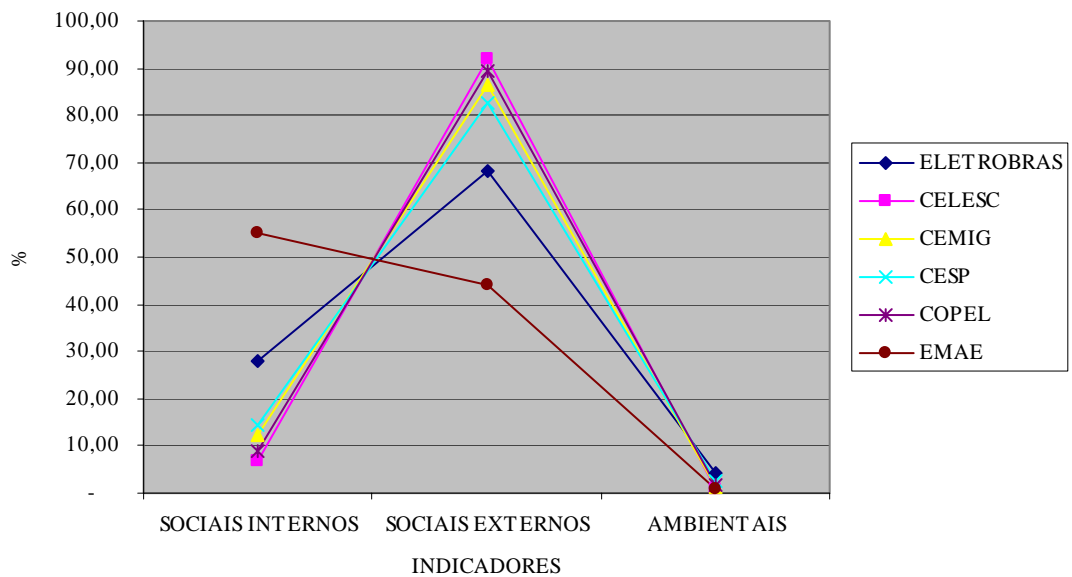


Gráfico 8 – Totais dos indicadores do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica de 2006.

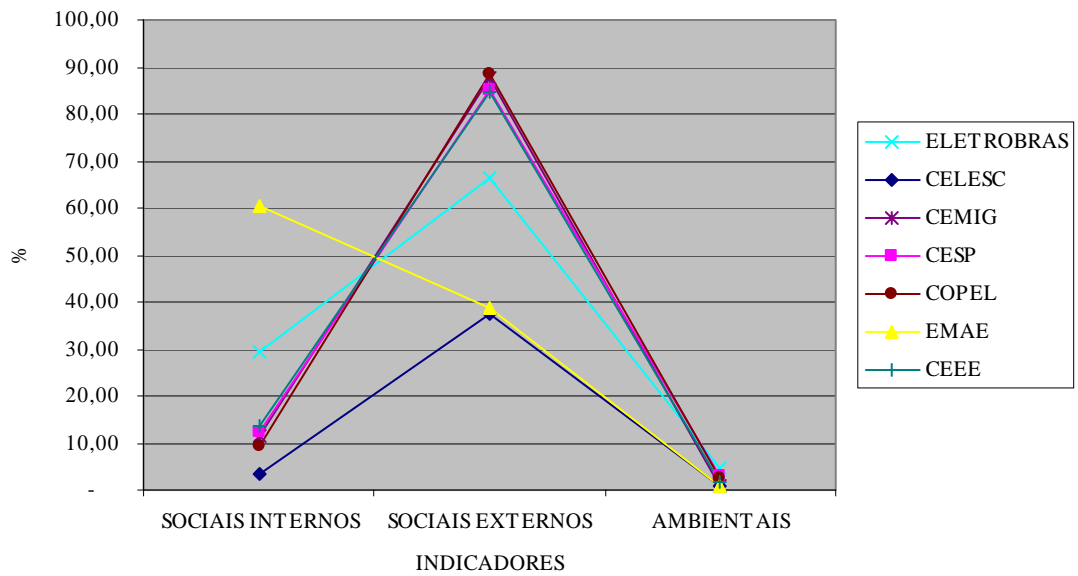
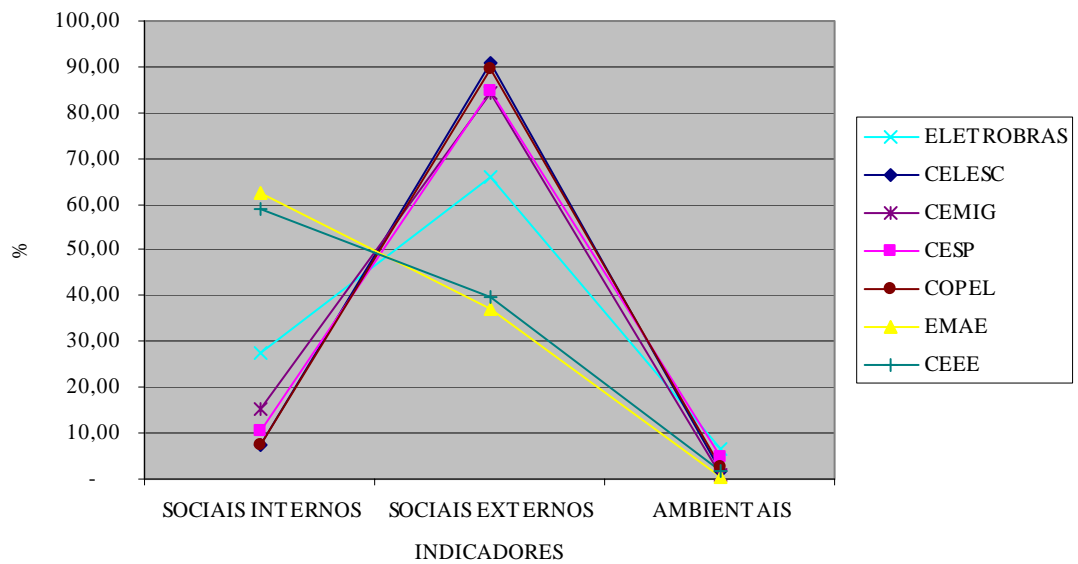


Gráfico 9 – Totais dos indicadores do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica de 2007.



Quadro 10 – Contribuição aos indicadores sociais externos do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
NEOENERGIA	90,84	91,78	90,85
AMPLA	94,64	92,85	92,98
GRUPO REDE	91,52	93,88	94,35
CPFL	95,11	94,74	94,05
AES SUL	97,03	96,88	96,03
COELCE	91,75	91,57	90,95
CIA T PAUL	41,63	29,30	79,84
DUKE	50,25	46,66	56,09
ELEKTRO	92,50	93,38	91,99
ESCELSA	94,73	91,81	92,78
BANDEIRANTE	93,13	93,17	93,51
ELETROPAULO	74,54	76,65	91,54
ENERSUL	88,20	91,16	89,78
AES TIETÊ	86,55	88,91	82,45
TERNA		1,16	17,05

Os indicadores sociais externos das empresas privadas são compostos basicamente por serviços prestados à comunidade onde a empresa está inserida (educação, cultura, saúde e saneamento, esporte e outros). Estes evidenciam, de acordo com o quadro 10 e em comparação com o total geral dos outros indicadores (contidos nos gráficos 4, 5, e 6), que as contribuições feitas a esse indicador pelas organizações em 2005, 2006 e 2007 eram de 88,75%, 89,63% e 92,18%, em média respectivamente. Ou seja, as empresas começaram a dar uma maior importância para a sociedade onde estão inseridas, reflexo hoje da política adotadas por vários ramos de negócio principalmente aqueles, que se utilizam de recursos naturais para desenvolver suas atividades.

Obviamente existem empresas nessa amostra com outra filosofia a respeito da conduta social e ambiental, tais como as organizações Terna e Duke que no momento podem estarem focadas em contribuir para os outros indicadores, por isso elas não seguem o mesmo nível das outras empresas.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa Terna do período de 2005.

Quadro 11 – Contribuição aos indicadores sociais externos do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
ELETROBRAS	68,02	93,53	90,71
CELESC	92,00	97,31	98,09
CEMIG	86,42	98,99	99,20
CESP	82,81	84,92	84,80
COPEL	89,60	97,36	89,54
EMAE	44,00	97,65	98,56
CEEE		84,54	39,59

No setor estatal pode ser feita a comparação da contribuição dos indicadores sociais externos com os gráficos 7, 8 e 9 e nota-se que esse indicador também recebe as maiores contribuições, mesmo ocorrendo uma pequena queda seguida nos três anos passando para 82,53%, 82,39% e 80,51%, em média. Isso evidencia a preocupação em investir no meio onde as entidades estão inseridas.

Neste indicador existem duas empresas que se destacaram. A primeira é a CEEE, por diminuir sensivelmente sua contribuição para os aspectos sociais externos de 84,54% em 2006 para 39,59% em 2007, e a outra é a EMAE, que fez o caminho inverso através desses três anos aumentando sua contribuição destinada aos indicadores externos sociais (que representava em 2005 um percentual de 44% e passou para 98,56% em 2007).

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa CEEE do período de 2005.

Quadro 12 – Contribuição aos indicadores ambientais do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
NEOENERGIA	3,06	3,48	3,90
AMPLA	0,46	1,24	1,46
GRUPO REDE	2,60	1,84	1,36
CPFL	0,63	1,03	1,27
AES SUL	0,03	0,04	0,06
COELCE	1,09	2,13	2,47
CIA T PAUL	0,37	1,00	0,08
DUKE	21,22	30,69	13,23
ELEKTRO	0,53	0,62	1,83
ESCELSA	-	1,02	0,46
BANDEIRANTE	0,10	0,12	0,23
ELETROPAULO	0,08	0,07	0,05
ENERSUL	2,00	1,11	0,88
AES TIETÊ	3,97	3,91	6,08
TERNA		98,57	37,42

Observando o quadro 12 nota-se que esse indicador, que é composto por ações que visam preservar o meio ambiente onde a entidade está localizada, vem aumentando ao passar dos anos. Isso demonstra que as empresas estão tendo uma preocupação maior com meio ambiente, seja por força das Leis, por iniciativa própria ou por exigência do mercado onde estão situadas. Um exemplo disso é a Escelsa que no ano de 2005 sua contribuição para os indicadores ambientais era igual a zero e nos anos seguintes houve uma mudança na sua política ambiental fazendo com que ocorressem contribuições para esse indicador.

Nesse indicador encontra-se a empresa Terna e Duke com as maiores contribuições e esse fato ligado com análise feita anteriormente, identifica que a política dessas organizações poderá estar direcionada no momento para o lado ambiental ou para valorização dos seus colaboradores.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa Terna do período de 2005.

Quadro 13 – Contribuição aos indicadores ambientais do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
ELETROBRAS	4,22	4,58	6,74
CELESC	1,02	2,48	1,77
CEMIG	1,42	0,89	0,68
CESP	2,58	2,92	4,61
COPEL	1,68	2,37	2,83
EMAE	0,96	0,81	0,43
CEEE		1,76	1,56

No setor estatal quando se faz a comparação do quadro 13 com o total de contribuições contidas nos gráficos 7, 8 e 9, nota-se um crescimento de investimento no lado ambiental feito por parte do governo utilizando suas estatais, ou seja, dando exemplo e também cumprindo a Lei, os índices encontrados são na ordem de 2,20% sobre o total em 2005, 2,36% em 2006 e 3,06% ao final de 2007.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa CEEE do período de 2005.

Quadro 14 – Contribuição aos indicadores sociais internos do balanço social das empresas privadas do setor de energia elétrica.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
NEOENERGIA	6,09	4,92	5,26
AMPLA	4,90	5,97	5,56
GRUPO REDE	5,87	4,36	4,30
CPFL	4,26	4,27	4,68
AES SUL	2,94	3,08	3,91
COELCE	7,16	6,44	6,58
CIA T PAUL	58,00	70,41	20,08
DUKE	28,54	32,66	30,69
ELEKTRO	6,97	6,04	6,18
ESCELSA	5,27	7,25	6,75
BANDEIRANTE	6,77	6,71	6,26
ELETROPAULO	25,38	23,30	8,41
ENERSUL	9,80	7,73	9,35
AES TIETÊ	9,48	7,47	11,47
TERNA		15,76	45,53

A contribuição feita para os indicadores sociais internos são em sua grande maioria ações destinadas aos seus colaboradores, tais como investimento na educação, previdência privada, saúde, segurança e saúde no trabalho, alimentação e outros. Conforme o quadro 14, na iniciativa privada esse índice em relação ao total de contribuições feitas a todos os outros vem sofrendo uma queda com o passar desses três anos, principalmente de 2006 para 2007 aonde chegou a passar de 9,01% para 6,24% respectivamente, em média. Isso ocorreu mesmo havendo nesse período um aumento de pessoal admitido por essas empresas não aconteceu uma maior contribuição, pelo contrário, houve uma redução.

Novamente encontra-se a organização Terna e Duke como as principais entidades que contribuíram para esse indicador, principalmente a primeira chegando a passar de 15,76% de 2006 para 45,53 em 2007 em relação ao total geral, mas não se pode deixar de citar que esta empresa teve um aumento significativo em seu quadro de empregados na ordem de 100%.

Na amostra selecionada não foi possível ter acesso ao balanço social da empresa Terna do período de 2005.

Quadro 15 – Contribuição aos indicadores sociais internos do balanço social das empresas estatais do setor de energia elétrica.

EMPRESAS	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
ELETROBRAS	27,76	29,25	27,41
CELESC	6,99	7,73	7,49
CEMIG	12,16	11,59	15,07
CESP	14,61	12,16	10,59
COPEL	8,72	9,27	7,63
EMAE	55,04	60,43	62,27
CEEE		13,70	58,85

Nas estatais encontra-se um uma situação quase estática contido no quadro 15, por que a variação que existe de um ano para outro, pode ser pelo fato de novos ingressos de servidores e não por novos investimentos feitos pelo governo.

A empresa CEEE é o destaque por que teve um aumento significativo de 2006 para 2007 na ordem de 13,70% para 58,85%, mesmo nesse período ela tendo diminuído o número de empregados, isso evidencia que no momento ela está com uma política de administração voltada para seus colaboradores.

4.2 Análise da Demonstração do Valor Adicionado

Na análise da Demonstração do Valor Adicionado das empresas privadas e estatais do setor de energia elétrica no triênio de 2005 a 2007, as organizações que tivessem em suas DVAs dados negativos foram excluídas da pesquisa, por que seus valores poderiam distorcer os resultados obtidos.

A entidade excluída do setor privado em 2005 foi a Eletropaulo, em 2006 não houve nenhuma empresa com valor negativo, em 2007 a empresa Enersul foi excluída por ter em sua DVA valores negativos de distribuição.

No setor público em 2005 foram excluídas da amostra as seguintes empresas Cesp e Emae, em 2006 foram Cesp, Emae e Ceee, e em 2007 apenas a Emae não participou da pesquisa por possuir valores negativos na sua DVA.

Gráfico 10 – Dados da demonstração do Valor Adicionado das empresas privadas do setor de energia elétrica 2005.

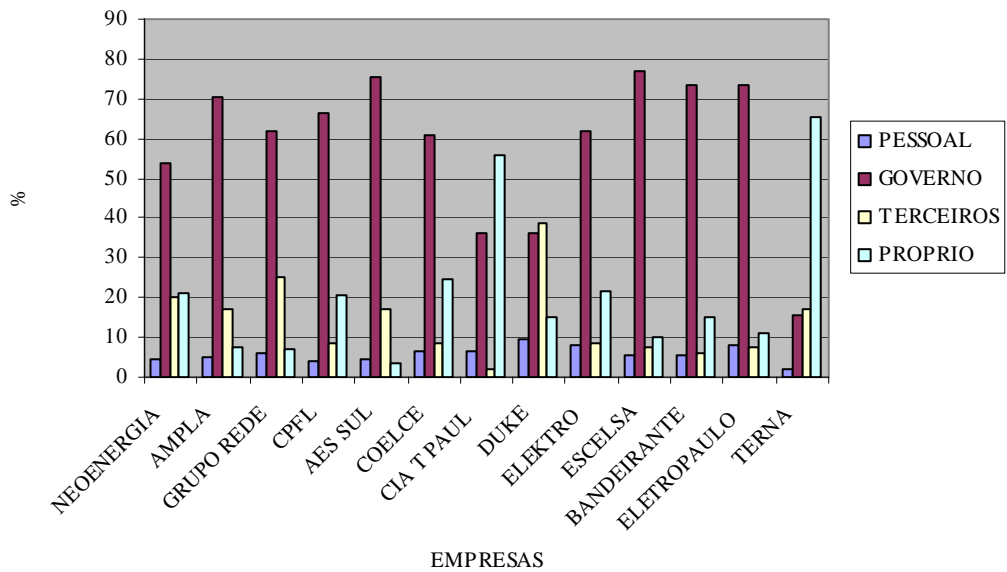


Gráfico 11 – Dados da distribuição do Valor Adicionado das empresas privadas do setor de energia elétrica 2006.

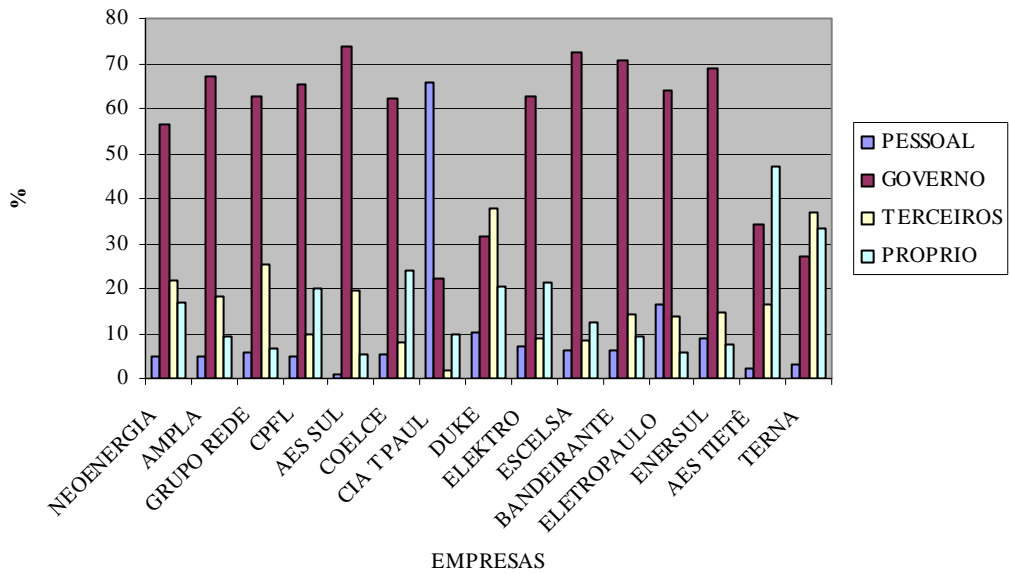
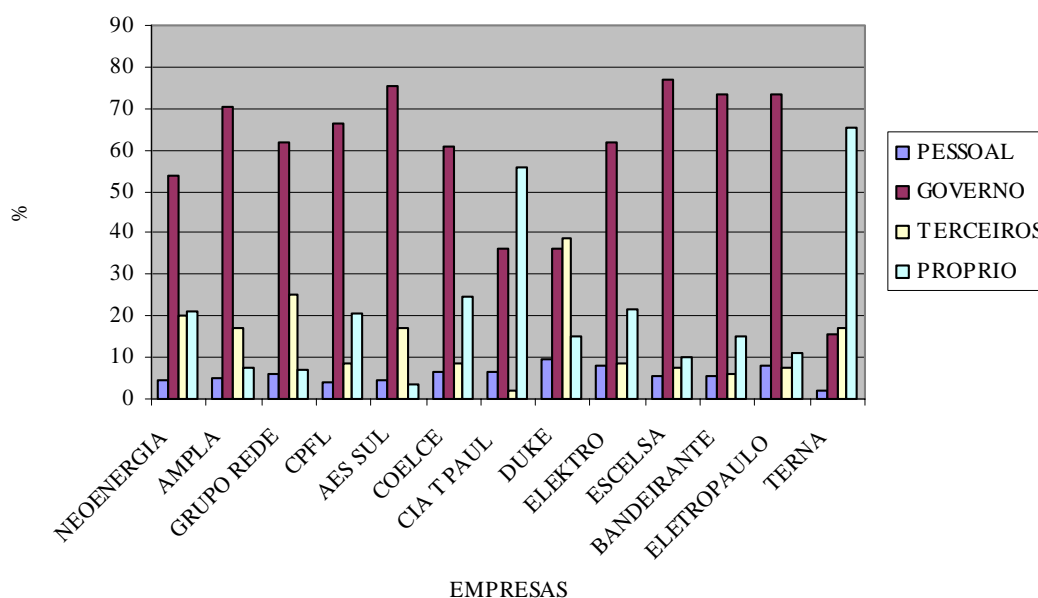


Gráfico 12 – Dados da distribuição do Valor Adicionado das empresas privadas do setor de energia elétrica 2007.



Nos três anos analisados, a maior parte do valor adicionado gerado foi para o governo, e notou-se que este índice foi sofrendo um aumento conforme os gráficos 10, 11 e 12, e com isso a carga tributária para essas empresas em 2007 alcançou a marca de 82,38%.

As principais empresas que sofreram com esse problema foram a Escelsa em 2005 com um percentual de 71,42%, Bandeirante e Ampla nesse mesmo ano com 77,86% e 70,11% respectivamente.

Nos anos de 2006 e 2007, os valores destinados aos tributos continuaram a aumentar. Isso pode ser em decorrência da política econômica ou da falta de uma reforma tributária no Brasil, também nota-se que nenhuma empresa se destacou sobre a outra nesses dois anos, demonstrando assim que possivelmente todas elas sofrem com esse problema.

A respeito dos outros índices nos anos de 2005 e 2006, conforme dados dos gráficos 10 e 11, o índice referente a terceiros que são as fontes de financiamentos das empresas vem na segunda posição na distribuição o valor adicionado. As entidades que apresentaram um alto grau de endividamento foram o Grupo Neoenergia, o Grupo Rede e AES Sul no ano de 2005, chegando a percentuais conforme o gráfico 10, de 30,41%, 27,73% e 30,78% respectivamente. No ano de 2007 ocorreu uma baixa que refletiu na queda de posição desse indicador perante o valor adicionado gerado distribuído, e com isso esse lugar foi ocupado pelos valores direcionados a remuneração do capital (próprios), essa oscilação ocorre entre o ano 2006 para 2007, onde os valores destinados ao índices próprios passou de 17,29% para 24,15%, enquanto o índice referente a terceiros que ocupava a segunda posição

teve uma queda de 19,10% em 2005 para ao final de 2007, 16,79%, destacados nos gráficos 10, 11 e 12.

O último a ser analisado é o referente à distribuição da riqueza gerada para o pessoal. De acordo com os gráficos 10, 11 e 12, esse indicador, nos três anos seguidos, foi o índice que recebeu o menor valor adicionado distribuído. Entretanto, sua importância não pode ser diminuída por esse fato, pois ele teve nas empresas estudadas algumas variações positivas e outras negativas, mas deve-se antes de qualquer conclusão avaliar o contexto onde ele está inserido.

Nesse caso existe uma relação entre o indicador e a evolução dos postos de trabalho. Esta já foi vista anteriormente, e sofreu algumas oscilações refletindo-se na distribuição do valor adicionado gerado para pessoal. Outro fato para explicá-lo pode ser também a política das empresas, voltadas no momento para outro rumo que não é diretamente a valorização dos seus empregados.

Gráfico 13 – Dados da distribuição do Valor Adicionado das empresas estatais do setor de energia elétrica 2005.

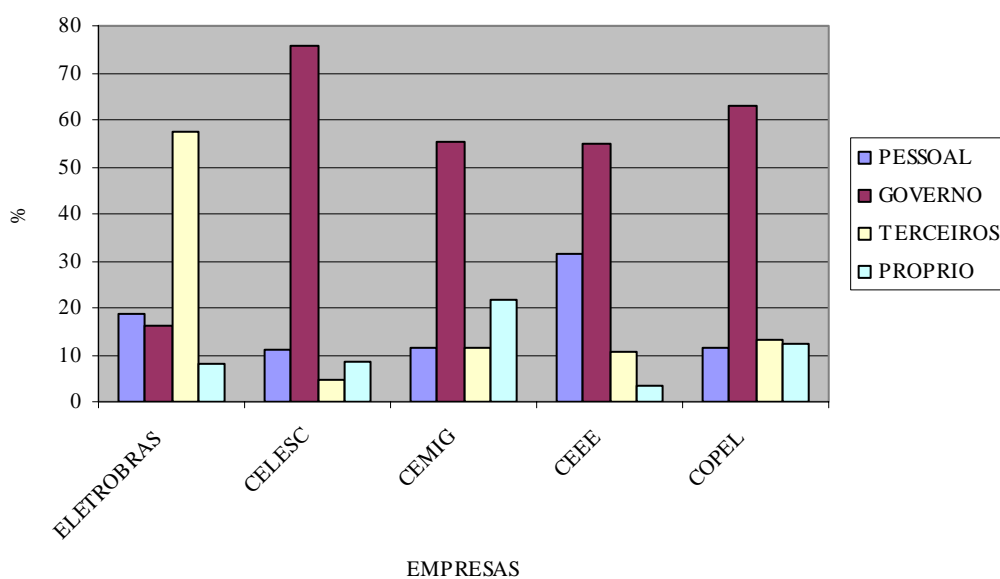


Gráfico 14 – Dados da distribuição do Valor Adicionado das empresas estatais do setor de energia elétrica 2006.

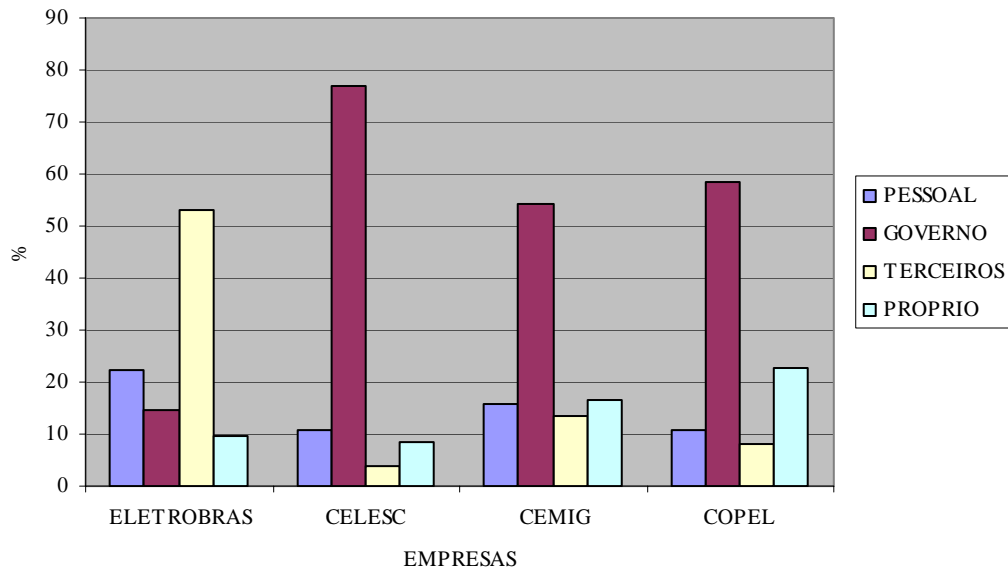
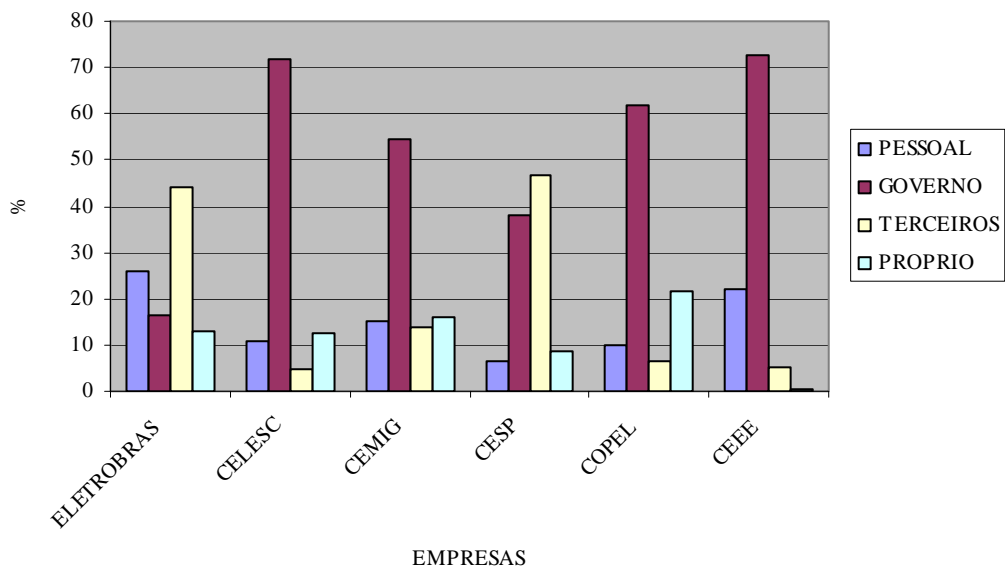


Gráfico 15 – Dados da distribuição do Valor Adicionado das empresas estatais do setor de energia elétrica 2007.



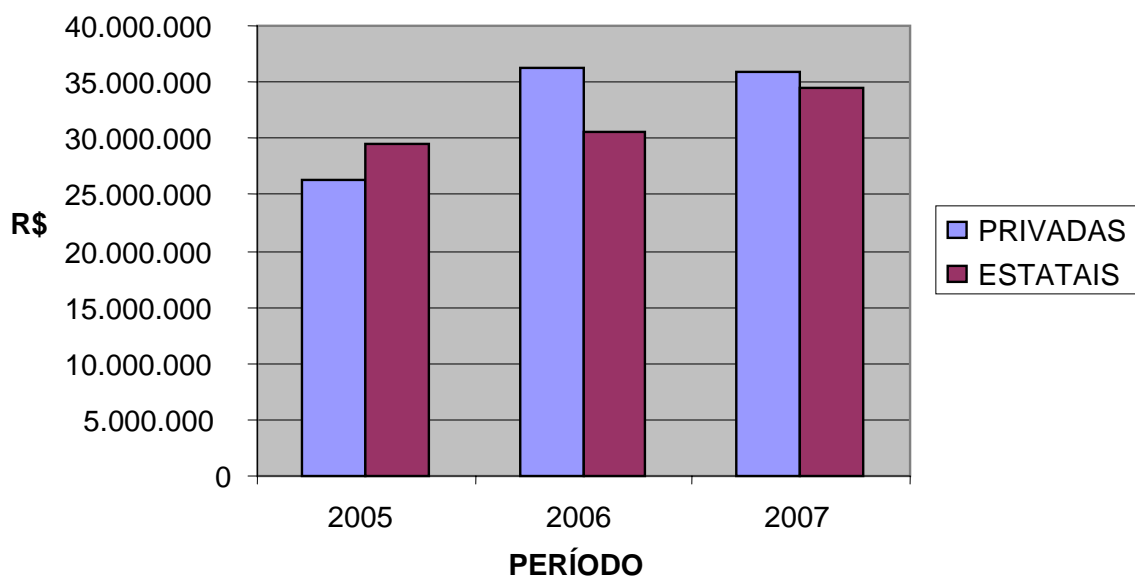
Já no setor estatal de acordo com os gráficos 13, 14 e 15, os percentuais destinados ao governo são menores que o setor privado, por que as empresas públicas podem ter uma diferenciação na tributação por parte governo, por que prestam serviços para a população carente. As estatais têm uma distribuição de cerca de 40% do seu o valor adicionado gerado para pagar impostos e já nas empresas da iniciativa privada esse percentual pode chegar a 70%.

Já os valores destinados a terceiros, sofreu um aumento ao passar desse período, essa situação pode ser derivada da necessidade das entidades estatais em buscar financiamentos para investirem em suas operações ou podem estar passando por dificuldades financeiras.

A distribuição da riqueza para pessoal contida nos gráficos 13, 14 e 15, é a terceira colocada no setor público, tendo assim uma posição diferente do setor anterior. Naquele, ela era apenas a última e isso pode ser em decorrência da abertura de novas vagas pelo governo na iniciativa de impulsionar a máquina pública e pela necessidade de renovação de pessoal, visto que muitos dos servidores antigos estão se aposentado.

Por fim, mas não menos importante, são os recursos destinados ao capital próprio discriminado nos gráficos 13, 14 e 15, que mesmo ocupando essa posição tiveram um considerável aumento de distribuição de valor adicionado gerado, demonstrando um possível aumento nos lucros.

Gráfico 16 – Total da distribuição do Valor Adicionado pelas empresas privadas e estatais do setor de energia elétrica do período de 2005 a 2007.



Na análise comparativa do valor total adicionado distribuído nos três anos, conforme o gráfico 16 nota-se que as empresas privadas nos últimos dois anos tiveram um crescimento no

valor adicionado distribuído em comparação com as empresas estatais, e isso pode ser o resultado da estabilidade da economia vivida no país.

Gráfico 17 – Total da distribuição do Valor Adicionado para o indicador Pessoal pelas empresas privadas e estatais do setor de energia elétrica do período de 2005 a 2007.

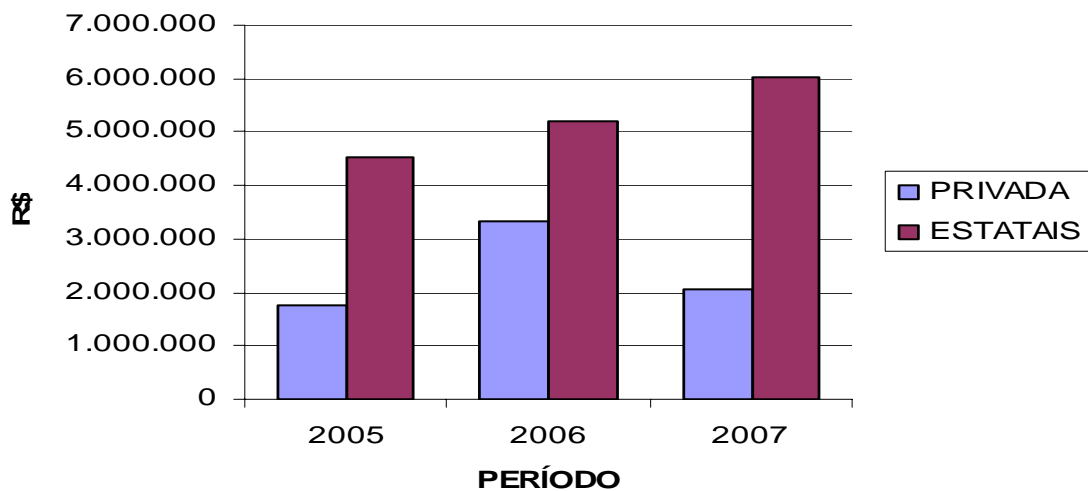


Gráfico 18 – Total da distribuição do Valor Adicionado para o indicador Governo pelas empresas privadas e estatais do setor de energia elétrica do período de 2005 a 2007.

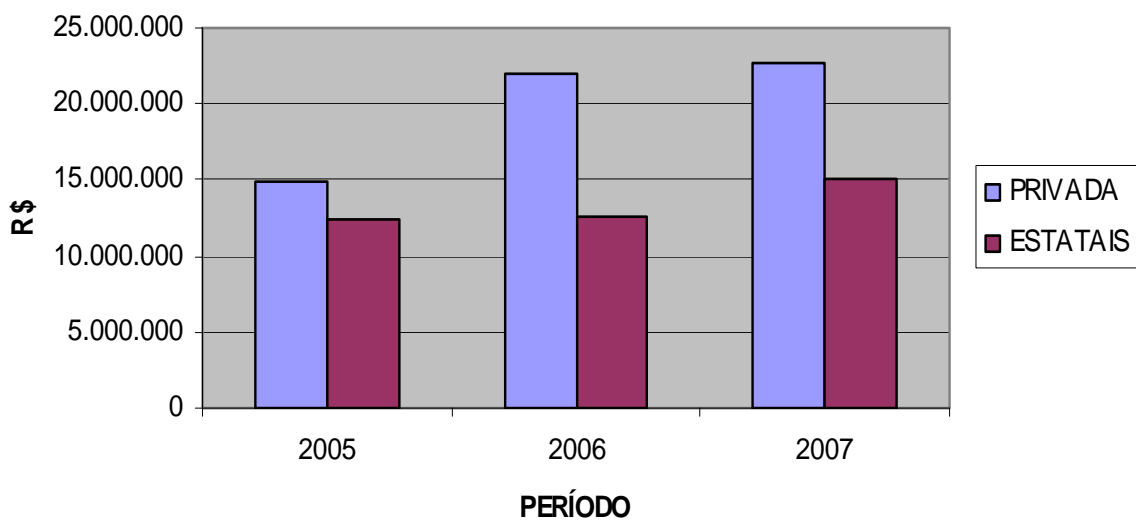


Gráfico 19 – Total da distribuição do Valor Adicionado para o indicador terceiros pelas empresas privadas e estatais do setor de energia elétrica do período de 2005 a 2007.

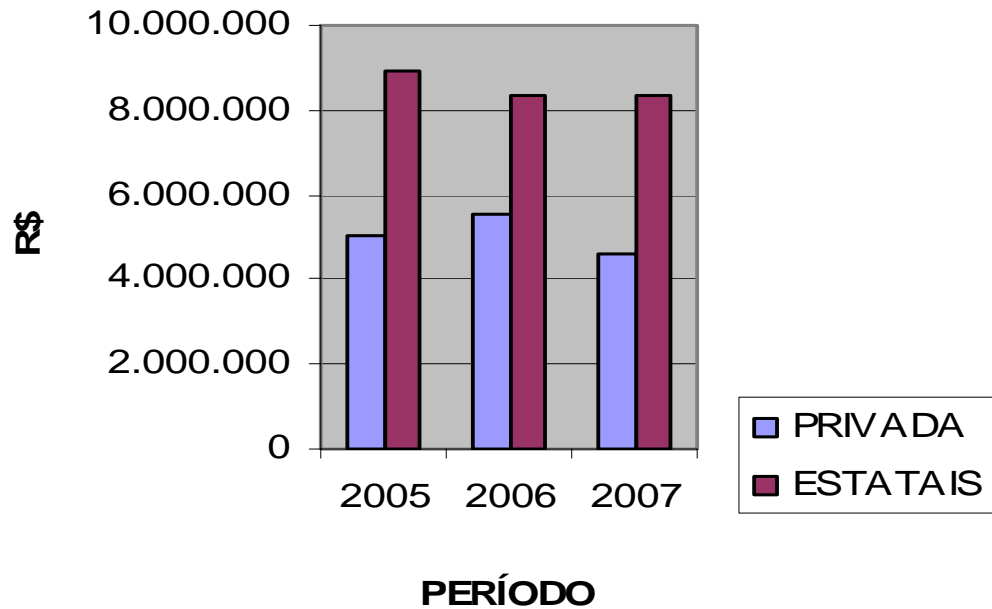
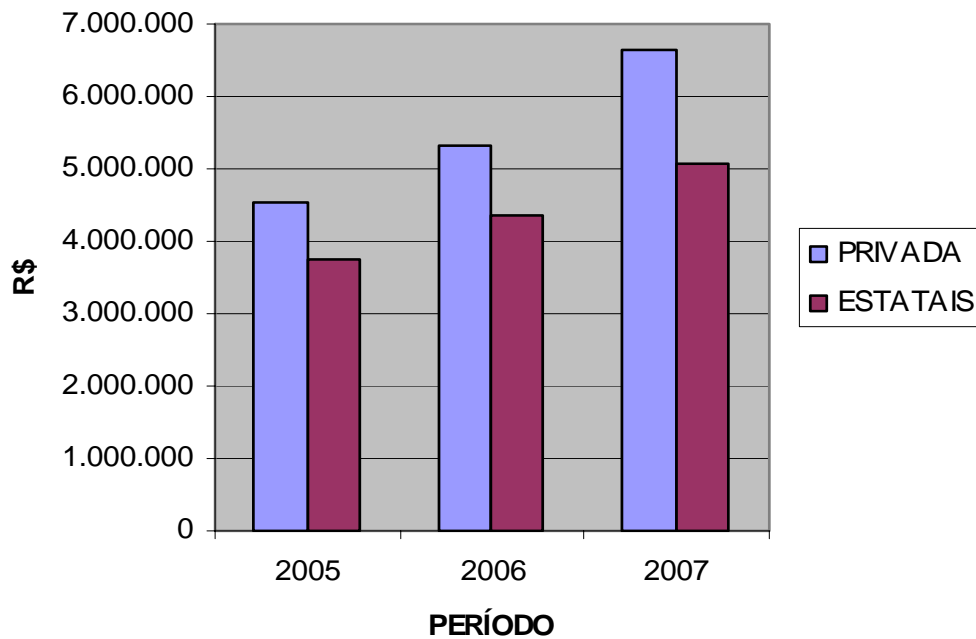


Gráfico 20 – Total da distribuição do Valor Adicionado para o indicador Proprios pelas empresas privadas e estatais do setor de energia elétrica do período de 2005 a 2007.



Quando é analisado o valor total distribuído por indicador conforme os gráficos 17, 18, 19, e 20, verifica-se que as empresas privadas têm uma maior distribuição direcionada para os indicadores do governo e próprios. Já as empresas estatais têm uma maior distribuição do valor adicionado direcionadas para os índices relacionados com pessoal e terceiros.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar como se comportou a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social nas empresas do ramo de energia elétrica que tem ações negociadas na Bovespa no período de 2005 a 2007, comparando as empresas estatais e privadas deste setor com as informações colhidas nessa pesquisa a fim de traçar um perfil das organizações estudadas.

Os resultados obtidos proporcionaram a elucidação das questões suscitadas no objetivo geral e nos específicos e com isso foram obtidas algumas conclusões. As ilações relacionam-se aos objetivos específicos como, por exemplo, verificar qual o modelo de Balanço Social é utilizado pelas empresas. Constatou-se que em média de 80% das organizações do setor de energia elétrica utilizam o modelo de BS proposto pelo Ibase, até por que elas são orientadas pela ANEEL a seguir esse formato.

Após conhecer qual a estrutura de BS que é utilizado por elas, o próximo ponto a ser estudado foi analisar a evolução dos postos de trabalho com base nas informações extraídas do Balanço Social. Os resultados expostos indicam que as entidades da iniciativa privada estão tendo um crescimento positivo ao final do período analisado e as públicas também seguem esse mesmo comportamento.

Outro objetivo específico consistia em, por intermédio do BS, identificar como se comportaram dentro da amostra selecionada os trabalhadores acima de 45 anos, os colaboradores do sexo feminino e os empregados portadores de deficiência ou necessidades especiais, em relação à participação feminina no setor de energia elétrica. Notou-se um crescimento ao passar dos três anos pesquisados tanto nas empresas privadas como nas estatais. A situação encontrada sobre os trabalhadores acima de 45 anos nas empresas estudadas demonstra que nas privadas até houve um aumento de vagas ocupadas por empregados nessa faixa etária, já nas estatais houve um crescimento na contratação de profissionais acima de 45 anos. Também se notou que nas empresas públicas em comparação com a iniciativa privada tem um número bem superior de colaboradores com essa idade.

No estudo abordado também se conheceu como está a posição das vagas destinadas aos portadores de deficiência, e foi constatado que nas entidades privadas são poucas as que seguem o Decreto 3.298/99, o qual determina a quantidade de vagas a serem

destinadas para esse tipo de trabalhador. Nas públicas demonstra um crescimento de servidores nesse sentido, isso é consequência das vagas destinadas em concursos públicos para os portadores de deficiência.

Depois de conhecer como os dados referentes aos colaboradores se comportaram procurou-se interpretar os indicadores e a distribuição de valores entre eles constantes no BS e conclui-se que tanto as empresas privadas e estatais do ramo de energia elétrica, em geral têm as maiores contribuições direcionadas para os indicadores sociais externos, e por isso elas no momento podem estar com uma política social voltada para o meio onde elas estão inseridas.

A interpretação dos índices da Demonstração do Valor Adicionado é apresentada como um objetivo específico a ser respondido e o resultado indicou que em média 50% valor adicionado gerado, é distribuído para o governo por intermédio de impostos, taxas e outros, isso reflete que a carga tributária no momento está consumindo boa parte da riqueza gerada e deixando o restante para distribuir entre os índices referentes à pessoal, próprios e terceiros.

Por fim, conclui-se que a DVA e o BS dentro do setor de energia elétrica encontra-se em um processo de crescimento, é claro que essa situação deve-se muito a resolução da ANEEL nº 444 de 26 de outubro de 2001, que exige a elaboração e publicação do Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado e recentemente a aprovação da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que obriga as companhias de capital aberto a elaborar e publicar a DVA também reforça essa idéia.

O perfil das sociedades privadas e estatais pertencentes ao setor de energia elétrica, é direcionado para uma política social que valoriza o meio ambiente onde elas estão localizadas, e no aspecto econômico os seus valores adicionados gerados no momento estão direcionados para o governo, mas mesmo assim no ano de 2007 mostrou um crescimento nas oportunidades de empregos nessas organizações refletindo uma possível melhora no setor.

Sendo assim, o tema abordado proporcionou conhecer como estão sendo tratados os demonstrativos (DVA E BS), por essas empresas e também definir o perfil delas dentro desse segmento econômico. Sugere-se que esse assunto deva ser ampliado com outros trabalhos, não apenas nesse campo de atuação, mas em outros a partir dessa monografia.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Fernando. **A nova lei contábil**. Disponível em: < <http://www.crcro.com.br>. > Acesso em 02 mai. 2008.

ANEEL. **Site da agência nacional de energia elétrica**. Disponível em: < <http://www.aneel.gov.br/> > Acesso em 02 mai. 2008.

ARNOSTI, José Carlos Melchior. **Balanco social: em busca da empresa cidadã**. Apresentado na XVI Congresso Brasileiro de contabilidade, Goiânia/GO, Out. 2000. Disponível em: < www.milenio.com.br/siqueira/Trab.200.doc > Acesso em 02 mai. 2008.

AZEVEDO, Tânia Cristina. **Balanco social como instrumento para demonstrar a responsabilidade social das entidades**: Uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação. Apresentado na V- EBECIC - V Encontro Baiano de Estudantes de Ciências Contábeis, Vitória da Conquista/BA, mai. 2006. Disponível em: < www.uesb.br/eventos/vebecic/artigo/Artigo_balanco_social_ebecic2006.pdf > Acesso em 08 mai. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Informativos**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/informativos> > Acesso em 08 mai. 2008.

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BOVESPA. **Site institucional**. Disponível em: < <http://www.bovespa.com.br> > Acesso em 02 de mai. 2008.

BRASIL. **Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm > Acesso em 04 de jun. 2008.

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, da Lei 6.385, de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas á elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2007/11638.htm > Acesso em 31 de mar. 2008.

CAMARGO, Ricardo Luiz. **Reformas no setor elétrico: a burocracia nos processos de mudança**. Apresentado no X Congresso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estadi y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18-21 Out. 2005. Disponível em: < www.ijj.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20X/documentos/camarric.pdf > Acesso em 31 mar. 2008.

CLASSE CONTÁBIL. **Um avanço do marco legal contábil no Brasil**. Informativo do curso de Ciências Contábeis da FANORPI. São Paulo. Volume I, Ano I n.1, abr. de 2008.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. **Atos e ofícios**. Disponível em: < <http://www.cvm.org.br/Port/Atos/Oficios/OF-CVM-SEP-01-2008.asp> > Acesso em 08 mai. 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Site institucional** Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/noticiais50.htm> > Acesso em 08 de mai. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Site institucional**. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/> > Acesso em 08 de mai. 2008.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. **O papel da demonstração do valor adicionado na avaliação da responsabilidade social das empresas**. Disponível em: < <http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/congresso3/> > Acesso em 08 abr. 2008.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli. Indicadores para análise da demonstração do valor adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 149, p. 89-97, setembro/ outubro 2004.

DE LUCA, et al. **Responsabilidade social corporativa: um estudo sobre o comportamento das distribuidoras de energia elétrica da região nordeste**. Disponível em: < <http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/> > Acesso em 05 mai. 2008.

EISENKRAEMER, Vera Lucia; FREY, Márcia Rosane. **Uma contribuição ao estudo das adequações necessárias na estrutura contábil para a elaboração do balanço social**. Apresentado na VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado/RS, Ago. 2001.

FILIPIN, Roselaine; KROETZ, César Eduardo Stevens; NEUMANN, Marguit. Demonstração do valor adicionado em universidades. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 132, p. 46-57, abr. 2008.

FOLHA ONLINE. **Desenvolvimento sustentável busca crescimento sem destruição**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u9273.shtml> > Acesso em 11 de jan. de 2007.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A. **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br> > Acesso em 08 mai. 2008.

IUDICIDUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Responsabilidade social: uma alavanca para sustentabilidade**, 2002. Artigo, Itajaí – SC, n 01 p. 01, jan. 2002.

MENDONÇA, Fernando. O que é responsabilidade social? **Revista FAE BUSINESS**, São Paulo, n. 9, p. 8-10, set. 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portal do trabalho e emprego**. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br> > Acesso em 08 mai. 2008.

MONDEGO, Paulo Henrique. **Conscientização mundial**. In: Canal da Imprensa. Disponível em: < <http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/nostalgia/quarent7/nostalgia2.htm> > Acesso em 11 de jan. 2007.

PEROTTONI, Marco Antonio. **Balço social**. Apresentado na VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado/RS, Ago. 2001.

PORTAL IBASE. **Site institucional**. Disponível em: < <http://www.ibase.br/> > Acesso em 08 abr. 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Contabilidade e balanço social 2003**. Disponível em: < <http://www.lopesesa.com.br/contabsoc.htm> > Acesso em 21 de fev. de 2007.

SANTOS, Arivaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como o elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, José Roque Fagundes da. **As empresas do setor elétrico brasileiro e os níveis de evidenciações voluntárias das demonstrações contábeis**. 150 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília/UnB, Universidade Federal da Paraíba/UFPB, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Recife-PE, 2004. Disponível em: < http://www.unb.br/ccap/posgraduacao/mestrado/dissertacoes/mest_dissert_047.pdf > Acesso em 08 mai. 2008.

SILVEIRA Filho, Ubirajá; FREY, Márcia Rosane. **Análise das ações sociais das empresas detentoras do selo ibase/betinho - 2000**. Disponível em: < <http://www.eac.fea.usp.br/congressosusp/seminario2/> > Acesso em 08 abr. 2007.

SOUSA, Cybelle Borges de. **Responsabilidade social na perspectiva dialógica 2007**. Disponível em: < <http://www.sfiec.org.br/artigos/social/perspectiva.htm> > Acesso em 16 de jan. de 2007.

SUCUPIRA, João. Balço social: diversidade, participação e segurança do trabalho. **Revista Democracia Viva**, São Paulo, n. 22, p. 58-63, junho/julho 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social e a contabilidade no brasil**. In: Caderno de Estudos nº 9, São Paulo: FIPECAFI, out. 1993.

TORRES, Ciro. **Crise ética nas empresas**. In: Portal Ibase. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=170>> Acesso em 31 mar. 2006.

TREVISAN, Antoninho Marmo. **A empresa e seu papel social**. Disponível em: < http://www.filantropia.org/artigos/antoninho_marmo_trevisan.htm > Acesso em 27 de dez. de 2006.